



Leandro Duarte de Oliveira

A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Andréia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
Agosto de 2014



Leandro Duarte de Oliveira

A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Andreia Clapp Salvador

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Rafael Soares Gonçalves

PUC-Rio

Profa. Nivia Valença Barros

UFF

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Leandro Duarte de Oliveira

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 2007. Especializou-se na universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em Gênero e Sexualidade, em 2011. Trabalhou como assistente social na Prefeitura Municipal de Niterói até o ano de 2010. Trabalha, desde fevereiro de 2010, como assistente social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Leandro Duarte de

A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ / Leandro Duarte de Oliveira ; orientadora: Andréia Clapp Salvador. – 2014.

111 f. : il.(color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Assistência Estudantil. 3. Ações afirmativas. 4. Benefício moradia. I. Salvador, Andréia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

À minha professora orientadora, pela ajuda e paciência em todos os momentos.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC, por propiciar meu ingresso no mestrado.

Aos professores da banca examinadora.

A todos os colegas de turma que me apoiaram incondicionalmente.

Aos colegas de trabalho na UFRJ, pelo incentivo.

A minha família, pelo carinho e paciência com as várias ausências.

Resumo

Oliveira, Leandro Duarte de; Salvador, Andréia Clapp. **A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ.** Rio de Janeiro, 2014. 111p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação teve por objetivo analisar a relação complementar entre as novas políticas de acesso ao ensino superior público mais especificamente as ações afirmativas e a constituição das ações de assistência estudantil nas universidades federais. Foi utilizada como exemplo a assistência estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Do rol de ações e serviços que essa universidade oferece ao corpo discente de graduação foi escolhido para estudo o benefício moradia devido a sua peculiar centralidade na atual conjuntura de expansão da política de educação superior e por fazer parte da estratégia de permanência, principalmente para os estudantes com dificuldades socioeconômicas e aqueles que migram em direção a UFRJ. Assim, o trabalho de campo foi realizado com os estudantes contemplados pelo benefício moradia no ano de 2012. A partir da análise do material empírico da pesquisa percebeu-se que o atual modelo de expansão do sistema de ensino superior tem promovido em parte a mobilidade estudantil entre as mais diferentes instituições de ensino presentes nas regiões do Brasil. No caso da UFRJ observou-se essa tendência após a adoção pela universidade do ENEM. Essa migração tem gerado forte pressão para o aumento de benefícios e serviços da assistência estudantil na UFRJ. Portanto, cresce a demanda por vagas para moradia discente no atual prédio da Residência Estudantil e para a criação de novos serviços que já foram assegurados pelo PNAES. Nesse ínterim há críticas sobre a focalização da assistência estudantil nos estudantes ditos pobres na universidade e, portanto maiores níveis de universalização de suas ações e serviços devem ser buscados para atender a contento toda a complexidade de problemas que interferem na trajetória acadêmica dos estudantes. A construção de ações de assistência estudantil eficazes é um elemento importante para a garantia de permanência na universidade.

Palavras-chave

Assistência Estudantil; Ações Afirmativas; Benefício Moradia.

Abstract

Oliveira, Leandro Duarte de; Salvador, Andréia Clapp (Advisor). **The connection between the politics of affirmative action and permanence in the superior education of teaching federal institutions – TFI: the specificities of housing benefit for the graduation students of UFRJ.** 111p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present dissertation had as objective to analyze the complement relation among the new access politics to the public superior education, more specifically the affirmative actions and the constitution of the student actions assistance in the federal universities. It was accomplished as an example of the student assistance the Federal University of Rio de Janeiro –UFRJ. The register of actions and services that this university offers to the student body of the graduation was chosen as a study of the habitation benefit because of its peculiar centrality in the current conjuncture of the politic expansion of the superior education and for be part of the strategy, mainly to the students that have socioeconomic difficulties and those that migrate to UFRJ. In this manner, the work camp was accomplished with students that are contemplated by the housing benefit in the year 2012. From the analysis of the empirical material of the investigation, it was noted that the current model of expansion of the superior teaching system has promoted in parts the student mobility among the most different teaching institutions existing in Brazil's regions. In the case of UFRJ it was observed this tendency after the introduction by the universities of the ENEM. This migration has been creating a strong pressure to the increase of the benefits and student assistance services in UFRJ. Because of this reason, it grows the request for vacancy to the student housing in the current building of the student residence and for the creation of new services that were already assured by the PNAES. In this interim there are criticisms about the focus of the student assistance in the students known as poor in the university and, so higher levels of universalization of its actions and services must sought to well attend all the problems complexity that interferes in the academic trajectory of the students. The construction of student actions

assistance is an important element to the guaranty of the permanence in the university.

Keywords

Student assistance; affirmative actions; housing benefit.

Sumário

1	Introdução	14
2	A expansão e diversificação do ensino superior e sua relação com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	18
2.1.	A universalização versus focalização	37
3.	PNAES: o reconhecimento das desigualdades na vida acadêmica	46
3.1.	As políticas de assistência estudantil e permanência na UFRJ	54
3.2.	O Exame Nacional do Ensino Médio e a mobilidade estudantil entre as instituições federais de ensino superior	62
4.	Pesquisa de Campo	68
4.1.	As entrevistas semiestruturadas	68
4.2.	Um breve perfil dos entrevistados	72
4.3.	O olhar dos estudantes sobre o PNAES	80
4.4.	A importância do Benefício Moradia emergencial para os estudantes	85
4.5.	A questão das moradias alternativas e a Vila Residencial na Cidade Universitária da UFRJ	86
5.	Considerações finais	92
6.	Referências bibliográficas	96
7.	Anexos	104

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Percentual de Pessoas que não frequentavam a escola por sexo e situação do domicílio	20
Tabela 2 – Total de vagas no vestibular e da ação afirmativa na UFRJ	29
Tabela 3 – Número de instituições de ensino superior por organização acadêmica no Brasil	35
Tabela 4 – Deficiências encontradas entre os estudantes do ensino superior nos Censos 2010 e 2011	41
Tabela 5 – Curso dos discentes entrevistados	75

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição das Instituições de Ensino Superior no Brasil	22
Gráfico 2 – Proporção das pessoas que frequentavam ensino superior, segundo a cor ou raça no Brasil nos anos 2000 e 2010 (%)	24
Gráfico 3 – Evolução das instituições de ensino superior no período entre 2009 e 2011	27
Gráfico 4– Organograma da Superest	58
Gráfico 5 – Composição familiar	74
Gráfico 6 – Origem dos entrevistados	76

Lista de Siglas

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de pesquisa
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior
CEG – Conselho de Ensino de Graduação
CIEP – Centros Integrados de Educação Pública
COAA – Comissão de Orientação e Apoio Acadêmico
CONSUNI – Conselho Universitário
CLAM – Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
DAE – Divisão de Apoio ao Estudante
DECULT – Divisão de Esporte, Lazer e Cultura
DINAAC – Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários
DISAE – Divisão de Saúde do Estudante
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FLASCO – Faculdade Latino – Americana de Ciências Sociais
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IMS – Instituto de Medicina Social
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LPP – Laboratório de Políticas Públicas

MEC – Ministério da Educação
PBP – Programa de Bolsa Permanência
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PR – Pró-Reitoria
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SUPEREST – Superintendência Geral de Políticas Estudantis
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SUS – Sistema Único de Saúde
THE – Teste de Habilidade Específica
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 Introdução

A aproximação com o tema desta dissertação se deu a partir do início da experiência profissional¹ do autor com a assistência estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ no ano de 2010. A partir deste ano, até o presente momento, foi possível acompanhar as mudanças promovidas pelos novos mecanismos de acesso ao ensino superior – as ações afirmativas – promovidas no âmbito da universidade. Graças às ações afirmativas, aumentou-se o acesso de estudantes com dificuldades socioeconômicas na universidade, provocando um crescimento de demanda e novas requisições foram impostas à assistência estudantil pelo corpo discente para a garantia do direito à permanência no ensino Superior. Uma nova realidade que também tem provocado dificuldades e conflitos no próprio cotidiano institucional, atingindo estudantes, professores e funcionários.

Assim, o trabalho ora exposto tenta desvendar as relações entre as políticas de ações afirmativas e de permanência no ensino superior, buscando identificar as contradições e avanços na vida acadêmica, tomando como exemplo os relatos dos estudantes contemplados pelo benefício moradia da UFRJ no ano de 2012.

Esse é um dos benefícios disponíveis aos estudantes de graduação pela assistência estudantil da UFRJ. Do rol de ações que a universidade disponibiliza aos discentes, o benefício moradia é o que tem enfrentado os maiores desafios frente às atuais mudanças processadas na universidade, nos últimos tempos, principalmente após o anúncio do início do processo de obras na Residência Estudantil no ano de 2012. A partir deste período, os estudantes selecionados nas avaliações socioeconômicas não ocupariam de imediato as vagas na moradia estudantil. Nesse momento, a universidade começou a oferecer aos estudantes, em troca do quarto para moradia temporária na Residência Estudantil, um auxílio

¹ Em um primeiro momento, o trabalho como assistente social na UFRJ se deu na DAE e após a formulação da SUPEREST foi transferido, a pedido, para a DISAE, onde atualmente executa suas funções.

financeiro emergencial no valor de mil e duzentos reais mensais² para o pagamento de uma moradia alternativa.

O início da reforma na Residência Estudantil, que interditou em parte a ida de novos estudantes para a moradia universitária, somada as atuais mudanças na educação superior promovidas pela expansão e diversificação do sistema de ensino superior público têm tornado a trajetória acadêmica dos novos estudantes contemplados com o benefício moradia cheia de dificuldades e desafios.

Sendo assim, o objetivo principal da pesquisa junto aos estudantes entrevistados foi identificar as suas principais demandas no que se refere ao direito à permanência e à conclusão no ensino superior. Verificando as repercussões positivas e negativas do benefício moradia no desempenho acadêmico dos estudantes.

Tendo esses objetivos como meta, os capítulos da dissertação foram construídos a fim de fundamentar e compreender os relatos dos discentes entrevistados. As dificuldades de moradia e financeiras, os dilemas, as expectativas e as deficiências acadêmicas, dentre outras questões apresentadas pelos estudantes nas entrevistas, foram os elementos utilizados que nortearam a busca de bibliografia especializada que tentasse explicar o atual momento pelo qual passa o ensino superior brasileiro, em especial as ações de assistência estudantil, mais especificamente a questão relacionada à moradia estudantil no caso específico da UFRJ.

A dissertação foi construída com os seguintes itens principais, a saber: “a expansão e diversificação do ensino superior e sua relação com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES”, “O PNAES: o reconhecimento das desigualdades na vida acadêmica”, e a “Pesquisa de campo” - realizada com os discentes contemplados com o benefício moradia emergencial no ano de 2012.

Para iniciar a discussão, foi elaborado um breve histórico da atual expansão e diversificação do sistema de ensino superior no Brasil e sua relação estreita com

² Esse valor consiste na soma do benefício moradia atual no valor de R\$ 550 reais (R\$400 de bolsa manutenção e mais R\$ 150 de ajuda de custo para transporte) com mais R\$650 reais para o financiamento dos aluguéis em moradias alternativas. Esse valor levou em consideração o custo médio de vagas para moradia no Rio de Janeiro. Os estudantes que aderiram voluntariamente ao benefício moradia emergencial passaram a receber o valor de R\$ 1200 reais mensais até a conclusão das obras na Residência Estudantil.

o PNAES. Foram apontadas importantes questões do atual modelo de expansão do sistema no setor público, na oferta da educação superior como direito social garantido na Constituição Federal de 1988. Deste modo, relacionou-se a forma como vem se dando a expansão do ensino superior com o acirramento das tensões em torno, principalmente dos benefícios da assistência estudantil na UFRJ. Neste sentido, crescem dia a dia as pressões para aumentar a cobertura dos auxílios financeiros disponibilizados aos estudantes e a universalização das ações de assistência estudantil. Introduce-se o debate de focalização e universalização das políticas públicas, apresentando uma crítica e proposta conceitual de construção de políticas de permanência no ensino superior público.

No item seguinte, foram apresentadas as ações de assistência estudantil antes da constituição do PNAES no âmbito da política de educação superior brasileira e apresentados os principais motivos que justificaram a sua emergência nos anos 2000 no Brasil. Foram evidenciados alguns fatos históricos presentes até hoje no ensino superior público, principalmente nas universidades públicas federais que legitimaram a sua criação. Buscou-se também demonstrar a desigualdade social presente no acesso à universidade e, após o ingresso, a dificuldade em continuar nela. Dessa forma, é apontado que a emergência e a consolidação do PNAES se devem ao reconhecimento explícito das dificuldades de permanência e conclusão dos estudantes de graduação nos cursos de ensino superior. Pois ele nasce com a perspectiva de ter que prover uma demanda histórica do movimento estudantil, que luta por melhores condições de permanecer estudando na universidade.

O PNAES garante como direito ao corpo discente nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES - uma série de benefícios e ações que muitas instituições já ofereciam sem uma diretriz nacional. Nesse mesmo capítulo, é apresentado também um levantamento das ações de permanência fornecidas aos estudantes de graduação da UFRJ antes e depois da constituição do PNAES. Objetivou-se verificar até que ponto a universidade precisará caminhar a fim de concretizar a permanência dos seus estudantes e como estão sendo construídos os benefícios e serviços da assistência estudantil. Assim, como marco de constituição do PNAES na UFRJ foi apresentada e explicada a constituição organizacional da Superintendência Geral de Políticas Estudantis – SUPEREST, que a partir de

2011 vem tendo a função de materializar as prerrogativas do PNAES na universidade.

Por último, são apresentados os resultados da pesquisa realizada com os discentes contemplados com o benefício moradia emergencial no ano de 2012. A argumentação dos capítulos precedentes se deu a partir da análise dos dados do que foi relatado pelos estudantes nas entrevistas, e a sistematização do material foi importante para relacioná-la às fontes bibliográficas disponíveis e que serviram de base para a argumentação da dissertação.

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas³, por ser a técnica de pesquisa que se julgou mais adequada de ser aplicada junto aos discentes para a coleta de informações e relatos que viessem evidenciar suas principais demandas e, por conseguinte, as contradições e dificuldades da assistência estudantil em garantir o direito à permanência no ensino superior, a partir da formulação de questões abertas e alguns tópicos para tentar, respectivamente, capturar as principais dificuldades e facilidades na trajetória acadêmica dos estudantes antes e após a aquisição do benefício moradia da UFRJ e o perfil dos estudantes entrevistados. Os relatos coletados foram agrupados dentro de uma mesma ordem de assunto e se buscou na literatura especializada subsídios para sua análise.

Durante todo o trabalho, buscou-se como perspectiva o fortalecimento do setor público na condução do sistema de ensino superior no país. Ou seja, a primazia do Estado na oferta deste nível de ensino. As análises se concentraram em tentar explicar as relações de complementaridade entre as ações afirmativas e a assistência estudantil. Nesse sentido, os novos mecanismos facilitadores do acesso à universidade federal e à assistência estudantil foram importantes conquistas para vários segmentos de estudantes excluídos historicamente desse direito social.

³ Como fundamentação desta técnica, utilizamos o conceito de entrevista semiestruturada elaborado por Minayo (1994), que diz ser uma estratégia de coleta de informações sobre determinado tema em que o pesquisador vai a campo e dialoga com seu interlocutor, a partir da construção prévia de questões abertas e fechadas, permitindo, dessa forma, maior liberdade ao entrevistado em discorrer sobre os temas propostos.

2

A expansão e diversificação do ensino superior e sua relação com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Este capítulo tem o propósito de analisar como vem ocorrendo a expansão de matrículas no ensino superior e a relação entre as ações afirmativas e as políticas de permanência. Mostra a importância das ações afirmativas em um contexto de elitização deste nível de ensino e a exclusão de vários grupos sociais da universidade. Dessa forma, evidencia a relevância de políticas de permanência que possam assegurar a conclusão dos cursos de graduação à enorme diversidade de estudantes que adentram a universidade pela via das ações afirmativas ou não.

O ensino superior no Brasil historicamente tem sido um privilégio das elites. Durante todo o percurso de constituição da educação superior no país, as famílias com dificuldades socioeconômicas enfrentam angustiantes barreiras para colocar seus filhos na universidade. Para as classes populares, o ingresso em um curso de graduação tem sido um sonho distante. Há décadas, a educação no país é relegada a um plano secundário, apenas tomando importância em determinados períodos da história, quando havia interesses econômicos e políticos em sua expansão. Isso é o que ocorre no momento atual, quando a educação de ensino superior ganha destaque na sociedade brasileira, no que diz respeito à ampliação do seu acesso. Segundo Martins (2006), essa tendência vem de um conjunto de fatores, dentre os quais, pode-se citar as pressões de vários segmentos da sociedade por direitos sociais e por mobilidade social através do sistema educacional.

Essas pressões se devem às desigualdades históricas no sistema de ensino brasileiro somadas a pouca oferta de vagas nas universidades públicas, que dificultam a entrada na educação superior de estudantes pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados da sociedade, como os afrodescendentes, índios e estudantes pobres. Tamanha desigualdade de condições provocou a necessidade urgente de construção de ações que visem à expansão da educação superior pública no Brasil. Como exemplo, a atual proposta do governo, no que se refere ao ensino público superior, busca a expansão das vagas e a inclusão de estudantes

historicamente excluídos da educação superior. No sentido da expansão, a proposta é de construção de novas universidades nas regiões geográficas do país em que não exista instituição de ensino superior e o aumento do número de vagas nas instituições já existentes do sistema. No sentido do acesso, a proposta central é de promover, via ação afirmativa, a inclusão de estudantes que não teriam condições de competir com as mesmas chances às vagas nas universidades públicas federais.

Portanto, atual expansão do sistema de ensino superior público federal em curso no país deve buscar a interiorização e a redistribuição regional das instituições para as regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Isso porque o processo de interiorização tem por objetivo promover:

Mudanças históricas na direção de uma justiça distributiva nas vagas de educação superior, em um país com desigualdades regionais estruturais; possibilitando o inédito acesso de jovens que moram em regiões distantes dos grandes centros e que se “auto excluía” dos antigos vestibulares; emprestando a essas novas universidades um rosto totalmente diferente daquele que estamos acostumados a ver nas antigas universidades federais das capitais e grandes cidades; além do papel que essas universidades assumem no desenvolvimento regional. (Soares, p.7, 2012)

Desta forma, espera-se universalizar a educação superior a partir de uma política de inclusão de um maior quantitativo de estudantes no Brasil, especialmente sujeitos oriundos das classes trabalhadoras, afrodescendentes, índios, dentre outros. Porém uma das características marcantes desta expansão é o predomínio das instituições privadas, como se verá mais a frente. Portanto, o aumento das IES públicas por todo o país é importante para se garantir a gratuidade deste nível de ensino e, por conseguinte, o ingresso de estudantes das classes populares.

Apesar do ensino nas universidades públicas brasileiras ser gratuito, diferentemente do que ocorre em outros países, a educação superior está longe de se universalizar para a maioria da população brasileira. Isso porque para se alcançar esse objetivo é necessário simultaneamente, além de ampliar a oferta de vagas e instituições, buscar estratégias para universalizar o ensino médio e fundamental e também melhorar a qualidade da escola pública, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) em seu artigo

quarto, que diz ser dever do Estado a garantia da oferta do “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” e com a previsão da extensão dessa obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Porém apesar de muitos avanços alcançados nas últimas décadas em relação ao aumento da escolarização da população brasileira, advindos com a obrigatoriedade do ensino fundamental e a sua oferta gratuita pelo Estado ampliando a cobertura, ainda há um longo caminho a percorrer a fim de se universalizar esse nível de ensino a toda população brasileira. Isso porque segundo dados obtidos no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentado no ano de 2010, verificam-se percentuais de crianças e adolescentes que não frequentam a escola como descrito na tabela abaixo:

Tabela 1- Percentual de Pessoas que não frequentavam a escola por sexo e situação do domicílio

Sexo e situação do domicílio	Percentual de pessoas que não frequentavam a escola (%)			
	7 a 14 anos de idade		15 a 17 anos de idade	
	2000	2010	2000	2010
Total	5,5	3,1	22,6	16,7
Sexo				
Homens	5,8	3,3	22,6	16,8
Mulheres	5,1	2,9	22,5	16,6
Situação do domicílio				
Urbana	4	2,8	19,6	15,6
Rural	10,8	4,6	34	21,7

Mesmo com os avanços legais conseguidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que antecedendo a LDB já determinava o dever do Estado em assegurar o ensino fundamental obrigatório e gratuito, no qual toda criança e adolescente tem garantido o direito à educação para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho a partir da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”, observa-se na tabela acima que há percentuais relevantes de

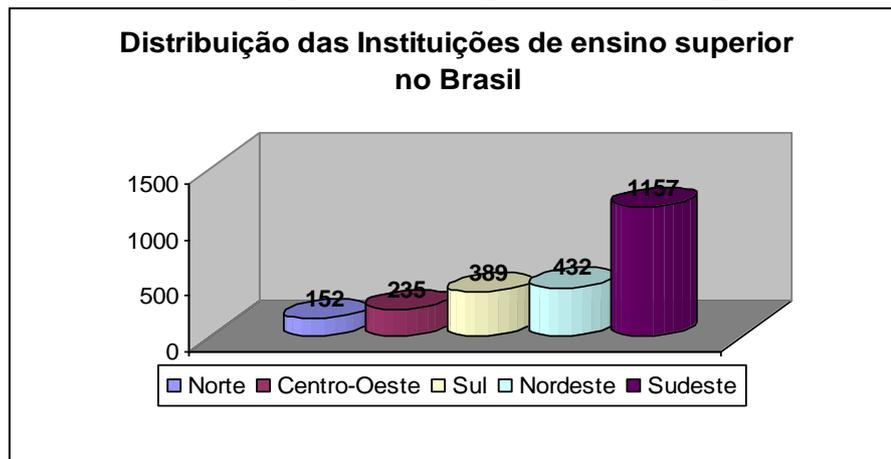
crianças e adolescentes que não frequentam a escola na faixa etária entre sete e quatorze anos de idade.

A garantia legal da obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental talvez explique, em parte, o maior número de crianças na escola mostrados na tabela acima, quando comparados com os percentuais de adolescentes que em sua maioria deveriam estar frequentando o ensino médio. Os dados do censo de 2010 mostram que o percentual de evasão de adolescentes dessa faixa etária é muito significativo, o que impacta negativamente para o ingresso no ensino superior desse contingente e provoca em muitos casos uma entrada tardia na universidade.

Outro dado preocupante é a alta evasão escolar em ambas as faixas etárias descritas no censo dos estudantes domiciliados no meio rural. Segundo os resultados obtidos no censo, há uma queda na frequência escolar do ensino fundamental e médio nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. Por consequência imediata, a taxa de abandono de jovens adultos entre 18 a 24 anos de idade segue a mesma tendência. São jovens que em sua maioria não conseguem terminar a educação básica e muito menos entrar no ensino superior. Isto quer dizer que para continuar os estudos, muitos discentes têm que percorrer grandes distâncias até os estabelecimentos de ensino ou migrar para os grandes centros urbanos. Logo esses dados apontam para a necessidade de expansão e descentralização dos grandes centros urbanos do sistema de ensino, de forma que garanta o acesso mais igualitário a toda população no território nacional.

Essa tendência tem se refletido na oferta de instituições de ensino superior entre as cinco regiões geográficas do Brasil. Vê-se a concentração destas instituições na região sudeste. Essa irregular distribuição de instituições de ensino superior, além de provocar dificuldades no acesso a este nível de ensino, leva principalmente os estudantes de outras regiões, das regiões rurais e municípios distantes das capitais que concluíram o ensino médio a migrar para outras cidades ou estados distantes do domicílio de suas famílias com objetivo de entrar na universidade.

Gráfico 1 – Distribuição das Instituições de Ensino Superior no Brasil.



Fonte: MEC/Inep.

Além da pouca oferta do poder público, de instituições escolares nas áreas mais distantes das principais regiões econômicas, é flagrante uma contradição na educação pública, quando se observa a péssima qualidade do ensino ministrado na educação básica⁴ e o nível de excelência de muitas universidades públicas federais. Essa disparidade gera uma desigualdade no acesso à universidade pública federal, pois as classes populares por ocuparem a maioria dos bancos das escolas públicas de ensino fundamental e médio recebem um ensino deficitário, enquanto as classes média e alta estudam nos colégios particulares considerados com maior nível de ensino, garantindo posteriormente grande parte das vagas no vestibular.

Essa diferença na qualidade entre o ensino, público e privado provoca sérias dificuldades no acesso a uma universidade federal especialmente para estudantes das escolas públicas. Por isso Bernheim (2008) aponta que para se garantir o acesso equitativo no ensino superior não basta apenas garantir o aumento de matrículas, pois as causas das desigualdades encontram-se nos níveis precedentes da educação superior. Por outro lado, a precariedade das escolas públicas de ensino fundamental e médio leva estudantes das classes média e alta a preferirem o ensino privado, o que aumenta o nível de sucateamento e abandono do poder público na manutenção da qualidade do ensino básico. Os filhos da classe média e

⁴ A LDB estabelece que a educação escolar compõe-se de dois níveis: o ensino superior e a educação básica, que é formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

alta pagam ao ensino privado por uma qualidade muito superior àquela oferecida na escola pública e, por conseguinte, obtêm a maioria das vagas no ensino superior, completando seus estudos na universidade pública. Essa é uma questão política e está cheia de intencionalidades que são apontadas como um dos fatores de manutenção e reprodução das desigualdades sociais na sociedade brasileira. Manter a população na ignorância não deixa de ser uma estratégia política para a continuidade do *status quo* e o poder constituído.

Portanto, combater as causas de evasão dos níveis precedentes ao ensino superior torna-se prioritário para o sucesso da expansão da educação superior e, por conseguinte, para democratização do acesso das classes populares, além da ampliação das políticas de assistência estudantil nas IFES como mecanismo garantidor da permanência de estudantes.

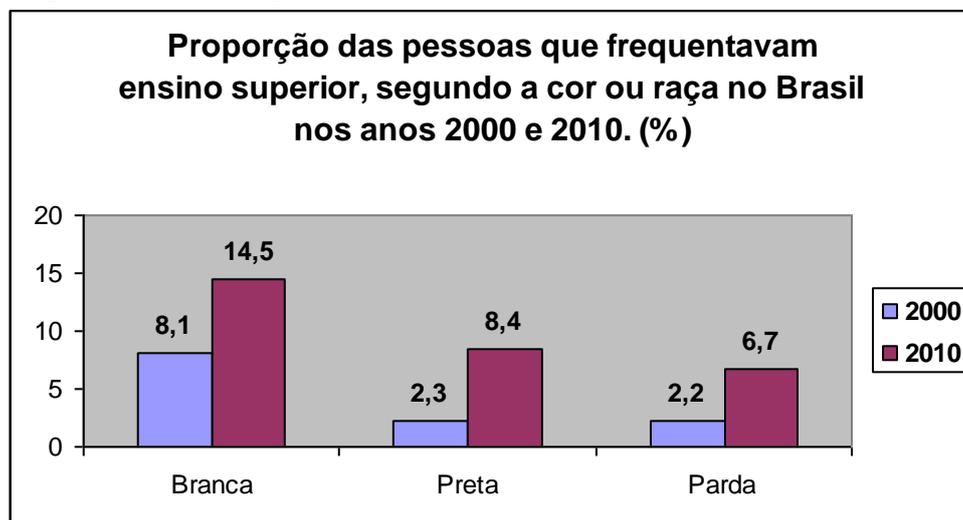
Com esses apontamentos se está longe de defender a privatização das universidades públicas e muito menos o pagamento de anuidades e mensalidades de qualquer espécie. O interesse é justamente refletir na necessidade de democratização da universidade pública, em especial as IFES, a toda população e principalmente aos alunos que tiveram suas trajetórias na escola pública. É claro que o debate em torno da melhoria e luta por um ensino fundamental e médio de qualidade não deve ser nunca abandonado, porém se faz necessário pensar em estratégias para superar as barreiras – quase insuperáveis – que esses alunos enfrentam para o ingresso no ensino superior público.

Na atualidade, um dos maiores desafios é aumentar o acesso ao ensino superior público mantendo a qualidade e o bom desempenho acadêmico dos ingressantes. Esse tem sido um objetivo da política de educação superior e deve-se em parte pelas pressões populares que há décadas vêm reivindicando uma maior democratização desse nível de ensino aos alunos com dificuldades socioeconômicas, negros, índios, dentre outros.

No ensino superior, é visível a desigualdade no acesso às vagas no vestibular anualmente entre os diversos grupos (étnicos) raciais. Há o predomínio dos brancos, na maioria das vagas, nos cursos de graduação, como se pode ver nos seguintes dados do IBGE apontados no gráfico abaixo. Comparando os dados dos anos 2000 e 2010 mostrados no gráfico se percebe que houve uma redução na

desigualdade relativa entre brancos, pretos e pardos na educação superior no ano de 2010 (IBGE, 2010). Porém a desigualdade ainda persiste. Historicamente, o ensino superior no Brasil tem sido um privilégio de uma elite branca, das classes mais favorecidas economicamente da sociedade. A exclusão de estudantes negros, indígenas e pobres da universidade tem provocado uma forte pressão destes últimos pela adoção das ações afirmativas na universidade (Salvador, 2010). Provavelmente nos próximos censos que serão realizados, essa diferença de percentuais entre brancos, negros e pardos no ensino superior tenderá a diminuir devido aos novos mecanismos das cotas⁵ raciais criados no acesso à universidade.

Gráfico 2 – Proporção das pessoas que frequentavam ensino superior, segundo a cor ou raça no Brasil nos anos 2000 e 2010 (%)



Considerando a existência dessa desigualdade histórica, descrita no gráfico acima, que começaram a ser adotadas as tão polêmicas ações afirmativas em algumas universidades públicas a fim de tentar minimizar as disparidades no acesso aos alunos das escolas públicas, afrodescendentes, indígenas, dentre outros. Essa desigualdade social presente na sociedade brasileira foi o que fomentou “a apresentação de projetos com objetivo de estabelecer em lei garantias mínimas para o acesso da população afrodescendente e indígena ao ensino superior” (Hass, 2012, p. 839).

⁵ Segundo Paiva (2010), o maior mérito da adoção das cotas no acesso à universidade foi trazer à tona o tema do racismo presente na sociedade e propiciar condições mais igualitárias no acesso a uma vaga na universidade para os grupos historicamente excluídos do ensino superior.

As ações afirmativas surgem na sociedade brasileira em um contexto de extrema iniquidade no acesso às vagas nas universidades públicas, com a tentativa de propiciar maior igualdade no acesso aos setores excluídos desse nível de ensino. Porém buscar maiores níveis de equidade de acesso:

Só ocorre a partir do momento que todos têm as mesmas condições de competir, isto é, quando o ensino anterior ao ensino superior é oferecido em qualidades iguais a todos, proporcionando, então, uma competição justa (Felicetti, 2009, p.11).

Aponta-se para a busca incessante de melhoria da educação básica e o caráter temporal das ações afirmativas. Elas nascem em um período de lutas intensas de vários movimentos sociais, que reivindicavam a igualdade de oportunidade entre grupos diversos para que pudessem competir em condições de maior equidade as vagas das universidades públicas.

Destaca-se o movimento negro, que vem lutando para colocar na pauta das discussões e dos debates as desigualdades de ensino que sofrem em relação aos brancos. Nesse sentido, as ações afirmativas entrariam com o objetivo específico de enfrentar essa desigualdade em um determinado período histórico. É um mecanismo de certa forma provisório e precisa ser acompanhado de outras ações para não correr o risco de se achar que o ensino superior público está sendo expandido (em termos de números de vagas) e de certa forma democratizado a toda sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que as ações afirmativas são ações excepcionais:

Que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que sejam neutralizados, o que se realiza com providências efetivas em favor daquelas categorias que se encontram em posições desvantajosas (Hass, p. 844, 2012).

Logo medidas de curto, médio e longo prazo devem ser construídas em conjunto com as ações afirmativas para que ocorra a efetiva democratização do acesso ao ensino superior.

Pode-se dizer que certo nível de democratização do ensino superior vem ocorrendo após a adoção das ações afirmativas nas universidades públicas federais, ao promover a entrada dos estudantes oriundos das escolas públicas, dos indígenas, de afrodescendentes, quilombolas, entre outros grupos, tornando visíveis as suas questões para a comunidade acadêmica. Porém é preciso avaliar se o total das vagas tem aumentado ou somente estacionado. As cotas para negros e alunos das escolas públicas estão sendo divididas entre as vagas já existentes ou novas vagas têm sido criadas na universidade pública?

A tendência da política de educação superior adotada pelo Brasil tem privilegiado as instituições privadas de ensino superior, com a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI⁶ e do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES⁷. O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros de baixa renda, egressos do ensino público, sem diploma de nível superior. Em troca, as universidades que participam do programa obtêm isenção de impostos e de contribuições federais (Bucci & Melo, 2013). Já o FIES possibilita que o aluno com dificuldades socioeconômicas que não tenha obtido vaga em uma universidade pública consiga estudar em uma instituição privada sem pagar mensalidades, tendo que começar a quitar sua dívida dois anos depois de formado, a baixos juros e parcelado em 13 anos. Para Vieira (2010), o crescimento no acesso de estudantes das classes populares na universidade pública não foi suficiente para diminuir a elitização do ensino superior público, já que o acesso dos estudantes pobres tem se percebido mais visível na expansão do número de matrículas no ensino privado. Portanto, grande parte das vagas no ensino superior aos alunos oriundos das escolas públicas e ou com dificuldades socioeconômicas

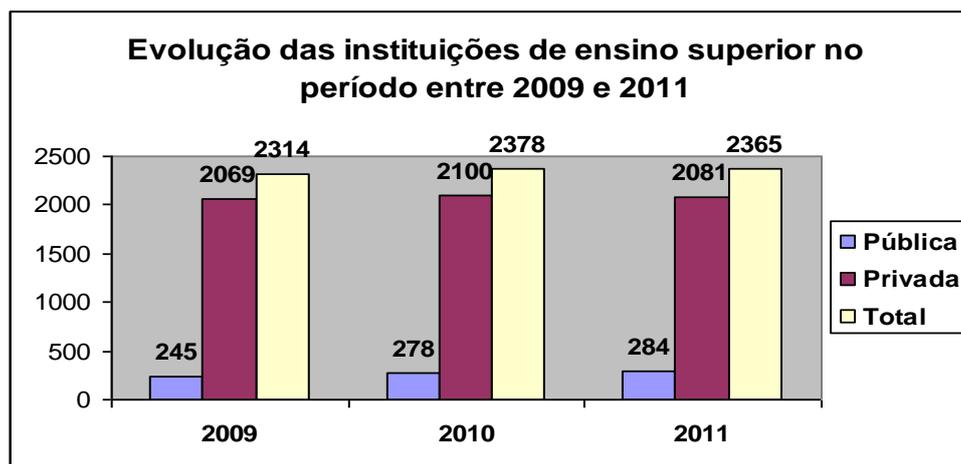
⁶ O PROUNI foi criado pela Lei n.º 11096 de 2005.

⁷ Ele foi elaborado em 1999 e é um programa do Ministério da Educação voltado a financiar os cursos de graduação de estudantes que não possuam condições de pagar por seus estudos nas instituições privadas.

têm sido disponibilizadas⁸ no setor privado, no atual contexto de expansão do sistema de ensino superior em curso no Brasil.

A iniciativa privada detém o maior número de instituições de educação superior no Brasil, segundo os resultados apontados pelo Censo do IBGE de 2010. O setor privado chega em 2011 a um percentual correspondente a 88% do total de instituições existentes no país, conforme apresentado na tabela abaixo. Isso demonstra que a expansão do sistema de ensino superior tem se dado através do incremento das instituições particulares. Apesar de ter havido um aumento das instituições públicas no período de 2009 a 2011, o sistema de ensino superior no Brasil é composto em sua grande maioria por instituições privadas.

Gráfico 3 – Evolução das instituições de ensino superior no período entre 2009 e 2011.



O predomínio das instituições privadas no ensino superior no Brasil foi contribuído pela Reforma da educação realizada em 1968 (Martins, 2009). Nessa ocasião, a educação superior passa por uma significativa modernização, principalmente as instituições federais, estaduais e confessionais de ensino. Havia uma forte demanda pela ampliação de matrículas nas universidades. Contudo, a modernização operada com a reforma de 1968 não foi capaz de aumentar as vagas

⁸ Neste caso, as universidades e instituições privadas de ensino superior disponibilizam um percentual de suas vagas aos estudantes pobres a partir de isenções fiscais e impostos governamentais.

nas universidades públicas, abrindo espaço para as instituições privadas iniciarem seu domínio na oferta do ensino superior no país (Idem).

Desde então, o número de matrículas e de instituições privadas de ensino superior só aumentou. Esse universo de expansão, por intermédio do setor privado, permaneceu até meados dos anos 2000, quando sinais de esgotamento começaram a demonstrar os limites das instituições privadas, tais como: o grande número de vagas ociosas, de inadimplência e altos índices de evasão (Pacheco e Ristoff, 2004).

Porém, para se conseguir a efetiva democratização da educação superior pública, a tendência da política de educação superior implementada pelo governo de privilégio da esfera privada a partir da isenção de impostos em troca da concessão de vagas para os estudantes das camadas populares deveria ocorrer com uma mudança de direção para a esfera pública, que “sob a óptica do direito social, significariam o alcance da cidadania social no espaço acadêmico, direito este implementado nas formas de melhoria da qualidade do ensino” (Araújo, 2007, p.4).

A reorientação do caminho da política de educação superior da esfera privada para as instituições públicas começa a se desenhar no país e se dá a partir do ano de 2003, quando mudanças na condução da política de educação em direção à esfera pública foram adotadas para recuperar e fortalecer as instituições federais de ensino. Como exemplo, pode-se citar o PNAES, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, as cotas raciais e as ações afirmativas. Contudo, a maioria das vagas no ensino superior continua na iniciativa privada, e um longo caminho ainda terá que percorrer a política de educação superior pública para garantir a real democratização e universalização desse nível de ensino pela esfera pública.

Esse fortalecimento das instituições públicas a partir dos anos 2000 propiciou o aumento no número das vagas no vestibular e a criação de ações para o acesso e permanência dos estudantes. Assim, verificando-se os editais de seleção para os cursos de graduação da UFRJ nos últimos cinco anos, percebeu-se que houve aumento tanto no total de vagas quanto das ações afirmativas após a

sua criação na universidade, no concurso de acesso para o ano de 2011, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 2 – Total de vagas no vestibular e da ação afirmativa na UFRJ

Concurso de acesso (Vestibular)	Total de vagas	Vagas ação afirmativa
2010	8274	0
2011	9000	1642
2012	9150	2745
2013	9231	2811
2014	9311	4687

Porém esse aumento no total de vagas na UFRJ, oferecidas anualmente aos estudantes concluintes do ensino médio, poderia ter sido muito maior se a política de educação tivesse como foco principal a democratização do acesso pela via da ampliação das vagas nas IFES. No caso específico da UFRJ, considerando a ampla estrutura física que ela possui em seus vários campi universitários, o quantitativo de discentes que ingressam todos os anos poderia ser bem maior. Outra questão é a reserva de vagas para a ação afirmativa, pois, apesar de seu quantitativo ter aumentado nestes cinco anos, não ocorreu um crescimento considerável das vagas disponíveis no vestibular, já que o percentual destinado às cotas é retirado do total de vagas. Sem querer simplificar a questão, havendo vontade política, poderia ser estruturado o turno noturno para todos os cursos de graduação da UFRJ. Isso aumentaria o quantitativo de matrículas disponíveis.

Essa tem sido a tônica do processo de expansão e diversificação⁹ da educação superior no país, principalmente a partir da década de 1990 até os dias atuais. O crescimento do sistema de ensino superior¹⁰ verificado nesse período “trouxe consigo uma maior heterogeneidade em termos dos tipos e qualidade das

⁹ Para Lima (2011), o processo de diversificação da educação superior no Brasil tem sofrido grande influência das determinações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento. Essas políticas têm apontado para a diversificação das instituições, dos cursos e das fontes de financiamento. Assim, há o incentivo ao crescimento das instituições privadas de ensino e a privatização das instituições de ensino públicas. A educação torna-se uma mercadoria lucrativa para o capital.

¹⁰ Segundo a LDB (1996), o sistema federal de ensino superior é formado pelas “instituições de ensino mantidas pela união, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação”.

instituições” (Barbosa, 2011). Porém nem sempre esse aumento na diversificação de novos cursos e universidades foi acompanhado pela melhoria e manutenção da qualidade no ensino já prestado pelas instituições mais tradicionais e antigas do sistema.

Isso porque para se manter a qualidade no ensino faz-se necessário a efetiva democratização das universidades, ou seja, para se obter a excelência de ensino desejada é preciso democratizar as “possibilidades de acesso e permanência dos mais pobres nas instituições de educação superior”(Gentili, S/D, p. 2).

Dessa forma, as ações afirmativas têm servido para dar visibilidade às demandas históricas do movimento negro, indígenas e dos alunos com dificuldades socioeconômicas¹¹, garantindo o acesso de estratos desse segmento na universidade; fator este que tem gerado muitas críticas de alguns de seus opositores por impedir a entrada no ensino superior de alunos melhores capacitados, gerando na mesma medida iniquidade no acesso. Porém não é culpa das ações afirmativas essa questão, é antes, sim, ocasionada pelo pouco investimento do Estado na criação de novas vagas no ensino público, como dito acima. Por si só ela não será capaz de corrigir as distorções entre os diferentes níveis de ensino se não for acompanhada de outras ações e políticas, tais como: as de permanência e a paulatina melhoria da educação básica. É nesse momento que a questão da permanência¹² ganha maior destaque no âmbito universitário tanto na pauta de reivindicações do movimento estudantil como de gestores da educação.

É fato que muitas universidades federais já adotavam há décadas ações de assistência estudantil, principalmente auxílios financeiros ao corpo discente. Porém foi no momento da adoção das ações afirmativas que as ações de permanência passaram ao centro de debates e disputas por direitos até então inexistentes ou dispersos. Visto que com as ações afirmativas aumentou-se o

¹¹ Em relação aos estudantes com dificuldades socioeconômicas, pode-se dizer que as ações afirmativas no âmbito do ensino superior funcionam como ferramentas que visam concretizar a igualdade material (Hass, 2012) entre os estudantes de classe alta, média e os pobres da universidade.

¹² Nesse trabalho, referimo-nos à permanência das ações, serviços, auxílios executados, exclusivamente, no âmbito das universidades públicas federais. Apesar de o PROUNI E FIES também estarem no rol das políticas de permanência do governo, eles privilegiam a concessão de vagas no setor privado em troca de isenções fiscais. Neste ponto reside os limites reais a tais programas no que se refere à democratização e universalização do sistema de ensino superior público.

número de estudantes pertencentes aos grupos sociais que eram historicamente excluídos da universidade, tornando visível a desigualdade presente no cotidiano acadêmico. Assim, maiores requisições por auxílios financeiros e a construção de outras ações previstas no PNAES têm sido reivindicadas pelo corpo discente. Como dito anteriormente, as universidades já disponibilizavam auxílios financeiros aos seus estudantes carentes, porém, com o advento do PNAES e das ações afirmativas, a assistência estudantil realizada até então precisará ser redimensionada em suas ações, concepções e alocação dos recursos. Nessa direção é importante buscar a ampliação desta política a um número maior de estudantes, tendo em vista que há um grande quantitativo de discentes, para além daqueles ingressantes pelas ações afirmativas, que se encontram vivenciando em muitos casos processos desiguais em suas trajetórias acadêmicas e que não conseguem obter assistência estudantil.

Nesse trabalho parte-se da perspectiva de que é mais importante a construção de programas de permanência que visem atender a um número maior de estudantes e quiçá a todos os discentes de graduação. Dessa maneira, além da assistência estudantil na forma de concessão de auxílios financeiros aos alunos ingressantes pelas ações afirmativas e demais estudantes pobres da universidade, novos serviços e ações devem ser construídos para materializar todas as prerrogativas previstas pelo PNAES. Mesmo focalizando os auxílios financeiros para os discentes pobres da graduação, a assistência estudantil sendo entendida dentro de um conjunto de ações de um programa de permanência poderá caminhar na direção de sua universalização¹³ a todos os discentes.

Com isso, evidencia-se de certa maneira um caráter complementar entre as políticas de acesso e as de permanência nas universidades. É nessa questão que se encontra de fato um possível processo de democratização do ensino superior pelo menos para aquelas parcelas de alunos ingressantes pelas ações afirmativas. Sem a presença de políticas de permanência na universidade pública, que garantam a conclusão nos cursos de graduação, podem-se esvaziar por completo as inovações no acesso via ação afirmativa. Muitos desses alunos que ingressaram via cotas podem acabar evadindo por falta de condições materiais e didáticas.

¹³ A questão da universalização da assistência estudantil será discutida no próximo item.

A criação de políticas de permanência torna-se, portanto, uma necessidade nas universidades federais, e estas derivam de uma demanda histórica do corpo discente de graduação, que reivindica melhores condições na vida acadêmica para a conclusão do ensino superior.

Portanto, verificou-se que é relevante não só garantir o acesso à universidade federal, mas também criar condições para que os alunos que apresentam dificuldades socioeconômicas tenham a possibilidade de concluir os cursos de graduação. Espera-se com isso democratizar o ensino superior público no Brasil ao estudante de “origem popular” (Zago, 2009).

O PNAES pode ser uma importante ferramenta para o atendimento das demandas de vários segmentos de discentes historicamente invisibilizados no ensino superior, na medida em que ele cria ações de permanência na universidade que favoreçam a continuidade nos cursos de graduação dos estudantes com dificuldades socioeconômicas, dentre outros. Pois quando disponibiliza aos estudantes, por exemplo, apoio financeiro na modalidade de bolsa auxílio, garante aos mesmos uma renda fixa durante a graduação. Assim, os discentes poderão dedicar-se mais aos cursos e, em muitos casos, abdicar da entrada no mercado de trabalho ou sair de seus empregos para a dedicação exclusiva à universidade.

A execução do PNAES tem se dado de formas diferentes nas mais diversas IFES do país. Não é um dos objetivos dessa dissertação uma avaliação do Programa a nível nacional, porém essas diferenças em termos de concepção de assistência estudantil e as ações oferecidas aos discentes têm influenciado muito nas políticas de permanência das mais importantes universidades do país.

Nesse trabalho, parte-se da perspectiva que os auxílios financeiros despendidos aos estudantes pela assistência estudantil devem favorecer a dedicação exclusiva nos estudos na universidade, ou seja, serem capazes de substituir os proventos recebidos no mercado de trabalho. Dessa forma, os discentes poderão obter tempo suficiente para o estudo adequado e a elaboração de estratégias de apoio pedagógico a fim de superar a precária educação básica obtida em muitas escolas públicas. Observa-se no relato de um dos discentes entrevistados ao afirmar que:

... educação básica... um problema meio que geral ‘tipo’ dá pra ver que não é só você que não chega preparado para fazer as matérias da faculdade, têm diversas lacunas no seu ensino fundamental e médio, que você meio que ‘toma’, vê aquele ‘negócio’ e agora: não sei o que fazer, não sei o que o professor está fazendo (risos). [...] às vezes a lacuna está em algo tão básico que não tem nem o que perguntar ao professor, tem que correr atrás de um ‘negócio’ que não aprendeu na sétima série, num problema de função, numa coisa simples que não aprendeu no ensino médio, às vezes nem são coisas tão complicadas, mas são muitas coisas que não aprendeu aí, aqui [UFRJ] acaba tendo que se virar um pouquinho. (Discente 3)

As ações de permanência precisam criar condições objetivas para que os alunos possam participar da vida acadêmica como os demais, principalmente no que se refere ao apoio acadêmico. Assim, pensar em propostas de apoio pedagógico e social a esses alunos torna-se um desafio para a Assistência Estudantil.

Nesse sentido, muito mais importante que garantir o pagamento de benefícios, a Assistência Estudantil tem que promover a participação dos discentes nas atividades acadêmicas e de suporte pedagógico para que os alunos tenham um bom rendimento. Essa é a questão. Na verdade é preciso avançar na real democratização e universalização da vida acadêmica. É importante analisar as barreiras que vêm interditando a participação dos alunos em duas dimensões do tripé da universidade: a pesquisa e a extensão. Para o aluno de graduação ter a possibilidade de participar de tais ações lhe é exigido um determinado coeficiente de rendimento, além de serem cobrados conhecimentos em línguas, informática, dentre outros. Quando também são obrigados a passar por um processo seletivo que escolherá os melhores. Portanto, nem todos os alunos terão a possibilidade de ingressar em projetos de pesquisa e extensão. Considerando que a formação universitária de qualidade compõe-se desses expedientes, a trajetória acadêmica daqueles que foram barrados ficará comprometida. Vê-se que nessa questão impera o fator do mérito no aproveitamento dos estudos, porém esse item já foi auferido com êxito quando da aprovação no vestibular. Para Bernheim (2008), a pesquisa não significa apenas “a aquisição de conhecimento de alguma coisa, mas a posse de instrumentos para intervir em algo e controlá-lo (Idem, p. 13)”. Dessa forma, os estudantes que não tiveram acesso às pesquisas acadêmicas terão dificuldades para intervir nos processos de exclusão social e desigualdade em que sofrem em seu cotidiano. A participação em projetos de pesquisa contribuirá para

a reflexão sobre a realidade social brasileira, no que se refere à desigualdade social e demais problemas, contribuindo para as possibilidades de transformação e superação (Idem) destas questões na vivência individual e coletiva dos discentes.

Portanto, a permanência dos alunos com dificuldades financeiras passa também pela universalização das pesquisas e projetos de extensão da universidade a todos os discentes que tiverem vontade de participar, o que é bem diferente da obrigatoriedade de prestar serviços à universidade, que na maioria das vezes não condiz com a sua formação acadêmica, a título de pagamento do auxílio financeiro recebido.

Essa questão tem sido intensificada pela própria expansão e diversificação do ensino superior no Brasil na década de 1990. Muitas universidades públicas e principalmente privadas, criadas no país a fora, tem privilegiado o ensino em detrimento da extensão e pesquisa universitária. Elas são formuladas para atender determinado perfil econômico da região onde serão instaladas. São oferecidos cursos de graduação que possam ser úteis ao mercado de trabalho local. Segundo Arroyo (2012), nesse contexto a estratégia é expandir a escolarização a toda a população, porém reprimindo a educação enquanto ferramenta de formação de sujeitos. Busca-se aumentar o número de vagas no ensino superior, privilegiando o ensino em detrimento da pesquisa e extensão universitária.

O novo modelo de gestão¹⁴ que vem sendo imposto às universidades federais encontra no REUNI¹⁵ o exemplo mais atual de como tem se dado a expansão e diversificação do ensino superior no país. Ele aponta como diretrizes do aumento no número de vagas para os alunos nas universidades federais: a diversificação dos cursos de graduação, a ampliação de políticas de assistência estudantil, a redução da evasão no ensino superior, a revisão da estrutura acadêmica com a atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, a

¹⁴ A questão que esse modelo de gestão coloca para as universidades federais e no que se refere à autonomia universitária, já que para ter acesso às verbas é necessária a adesão ao modelo de gestão e demais prerrogativas do REUNI.

¹⁵ Esse programa foi instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Ele tem como um dos seus objetivos propiciar às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, assim como a melhora da estrutura física e recursos humanos nas universidades federais.

articulação do ensino superior com a educação básica e a ampliação da mobilidade estudantil¹⁶.

Essa mobilidade estudantil promovida pelo REUNI é uma questão importante que em parte explica a migração de alunos oriundos de vários estados e regiões do Brasil para a UFRJ. Outro aspecto da expansão do ensino superior, no âmbito público, tem se dado no privilégio da criação de unidades acadêmicas¹⁷, em detrimento da construção de novas universidades. Essa questão associada a pouca oferta de IFES nas regiões mais afastadas tem fomentado a referida migração de alunos entre os vários cursos de graduação e também entre as universidades federais.

Como se observa na tabela abaixo, a principal forma de organização acadêmica no âmbito das instituições de ensino público são as faculdades.

Tabela 3 – Número de instituições de ensino superior por organização acadêmica no Brasil

	<i>Universidades</i>	<i>Centros Universitários</i>	<i>Faculdades</i>
Pública	102	7	135
Privada	88	124	1869

Fonte: MEC/INEP.

Essas unidades acadêmicas/faculdades, construídas em várias partes do país, não oferecem as mesmas possibilidades de ensino disponíveis nas universidades federais e estaduais historicamente constituídas. Nelas, não há a oferta dos mesmos cursos de graduação das universidades federais e “tem funcionado muito mais como uma aglutinação de cursos de graduação, voltados para o treinamento de profissões específicas, do que efetivos centros geradores de pesquisas científicas e tecnológicas” (Martins, 2006, p. 1011).

Os cursos de graduação da maioria das novas faculdades criadas visam atender às diversidades regionais e às particularidades socioeconômicas dos locais

¹⁶ Para o REUNI, a mobilidade estudantil deve ser promovida através do “aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior” (Brasil, 2007b).

¹⁷ Segundo documento produzido pelo governo federal, a fim de explicar as diretrizes do REUNI, foram criadas no sistema de ensino federal público, até o ano de 2007, 49 unidades acadêmicas e 10 novas universidades (Brasil, 2007a).

onde são instalados. Esses cursos seguem a perspectiva dos novos ideais postos pelo processo de reforma do sistema de ensino superior no país na década de 1990, em que é incentivada a formação para o mercado de trabalho e a empregabilidade (Frigotto, 2003). Do total de faculdades existentes, a maioria esmagadora é de instituições privadas, como mostrou a tabela acima. O interesse da iniciativa privada na criação de faculdades deve-se ao nível menor de exigência para o seu funcionamento, pois não há necessidade de se realizar “pesquisa, contratar muitos doutores, fazer pesados investimentos em laboratórios e sustentar mestrados e doutorados” (Ristoff, p. 46, 2013).

Nesse sentido, a expansão do ensino superior na perspectiva apontada pelo REUNI encontra sérios limites na medida em que as ações de assistência estudantil, na modalidade de moradia universitária, não estão conseguindo atender toda a demanda que cresce nas universidades federais localizadas nos grandes centros urbanos, devido, em parte, à mobilidade intensa de estudantes entre as IFES. Assim, torna-se muito difícil obter “a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis” (Brasil, 2007b).

Portanto, a ampliação das políticas de assistência estudantil, em especial de moradias universitárias, é fundamental para assegurar o sucesso da expansão do ensino superior público, principalmente após a adoção das políticas de ação afirmativa. Isso porque com as ações afirmativas, observa-se o aumento no número de alunos com dificuldades socioeconômicas e migrantes nas universidades federais, o que evidencia o caráter complementar entre as políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil.

A interface entre estas duas políticas é importante para a manutenção da qualidade do ensino ministrado nas IFES e para, conseqüentemente, garantir um bom desempenho acadêmico, principalmente aos alunos ingressantes pelas ações afirmativas.

2.1. A universalização versus focalização

A partir da pesquisa de campo realizada, propõe-se que seja dada ênfase às ações de permanência no âmbito das universidades. Nesse sentido, é importante introduzir o debate em torno da universalização versus focalização das políticas de assistência estudantil. Parte-se da perspectiva de que níveis maiores de universalização das ações de permanência devem ser buscados no âmbito das universidades com objetivo de atender a um público maior de estudantes já que os problemas de evasão e retenção de matrícula no ensino superior não se restringem somente à ausência de renda por parte dos estudantes ditos pobres.

O crescimento dos estudantes que adentram o ensino superior por meio das ações afirmativas tem complexificado as questões relacionadas à permanência. Os vários problemas vivenciados por estes estudantes na educação básica refletem de forma negativa no desempenho acadêmico, principalmente nos primeiros períodos dos cursos de graduação, que são agravados devido às dificuldades socioeconômicas que dificultam aquisição de livros, alimentação, transporte, etc.

Assim, entende-se que as ações e políticas de permanência englobam um conjunto de atores, como docentes, técnicos administrativos e estudantes no ambiente universitário; e não somente o que se tem considerado como objeto de ação da assistência estudantil: os discentes que apresentam dificuldades socioeconômicas.

Usualmente, o campo de trabalho da assistência estudantil tem sido suprir as demandas dos alunos com dificuldades socioeconômicas na universidade, e estas ações geralmente têm sido entendidas como de permanência. Como se apenas esses benefícios financeiros fossem sinônimo de permanência. Porém a pesquisa apontou que por permanência entende-se um conjunto maior e mais articulado de ações dentro das universidades, em que essa assistência estudantil, que vem sendo entendida e construída a partir da dispensação de auxílios financeiros aos alunos ditos pobres, faz parte desse todo de ações.

A perspectiva da permanência, entendida enquanto um conceito que visa oferecer condições favoráveis a todos os discentes de graduação, deve permear a

vida acadêmica como um todo. Essa assistência financeira conduzida de forma prioritária como sendo uma ação exclusiva da política de permanência, nas IFES, tem prejudicado muito a efetivação do direito dos discentes a ter “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, que é um dos princípios, introduzido pela LDB, que deve guiar o ensino superior. A assistência estudantil, entendida dentro de um contexto de políticas de permanência, poderia contribuir eficazmente para a concretização desse princípio e para a promoção da qualidade do ensino superior estimulando “a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (Brasil, 1996, p. 9) dos discentes.

Compreende-se a necessidade de criar ações de permanência e que elas estejam presentes em todas as esferas da universidade e não apenas restritas (e/ou confundidas) ao que normalmente se chama de assistência estudantil. Essa definição conceitual é importante para não se achar que apenas os auxílios financeiros garantem a permanência na universidade.

Adotando-se a perspectiva de permanência é possível romper com a dicotomia em torno da universalização e focalização nas ações. Torna-se viável criar ações que visem atender a todos os discentes. Como exemplo, pode-se citar a existência de transporte gratuito¹⁸ dentro dos campi universitários, os restaurantes universitários que a preços populares oferecem uma alimentação de qualidade, a construção de laboratórios de informática nas unidades acadêmicas dos discentes, o atendimento à saúde¹⁹ do corpo discente dentre outras, que já são oferecidas aos alunos em muitas universidades públicas federais.

Essa assistência financeira aos alunos com dificuldades socioeconômicas, como vem sendo executada, tem no PNAES a sua fundamentação quando o mesmo define o público específico a ser atendido com prioridade no âmbito das

¹⁸O transporte gratuito com linhas de ônibus interligando os vários campi universitários da UFRJ tem uma abrangência muito maior do que, por exemplo, o Bilhete Único Universitário regulamentado pelo Decreto n.º 38.280 de 29 de janeiro de 2014, que define que só terão direito ao acesso gratuito ao transporte público na cidade do Rio de Janeiro aqueles discentes universitários beneficiados pelos programas de cotas do governo federal e cuja renda per capita familiar seja até um salário mínimo. Atualmente, os ônibus que circulam dentro da Cidade Universitária e para alguns bairros da cidade atendem gratuitamente a toda a comunidade acadêmica.

¹⁹ Em especial, a saúde tende a ter um caráter mais universalizante devido à influência de todo acúmulo adquirido com os movimentos sociais, principalmente o sanitarismo, que influenciou bastante a formulação do direito à saúde gratuita e universal, presente na Constituição de 1988 e, posteriormente, no Sistema Único de Saúde – SUS. Portanto, ações de saúde devem ser elaboradas no sentido de atender a todo o corpo discente, porém naquelas questões relacionadas diretamente à permanência dos estudantes e não em substituição ao SUS.

IFES. Há o privilégio da questão da renda sobre outras questões para a inserção no programa. Segundo o artigo 5º do decreto número 7234:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com **renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (grifo nosso).

Como se lê, há uma focalização em um segmento específico de alunos nas universidades federais, o que torna possível a permanência de alunos da classe trabalhadora na universidade, embora, como afirmado anteriormente, seja uma medida ainda incipiente. Prioritariamente, os alunos que apresentam a referida renda familiar per capita farão jus aos auxílios financeiros da assistência estudantil.

Seguindo essa direção, percebe-se que o PNAES segue a tendência brasileira de localizar as ações de assistência preferencialmente no atendimento às parcelas mais empobrecidas. O que vem sendo realizado é a assistência financeira e não assistência estudantil, considerando que a mesma deve ser conduzida pela diretriz de permanência, ou seja, o auxílio financeiro aos discentes é somente uma de suas dimensões. Nessa perspectiva, corre-se o risco de reduzir a problemática da evasão e retenção no ensino superior somente à ausência de renda. Logo as concepções que norteiam essa assistência precisam ser repensadas para que a mesma não seja reduzida apenas ao repasse de auxílios financeiros, pois ela “deveria incorporar, além de uma infraestrutura material, suportes de escuta e pedagógicos para equiparar estudantes com históricos distintos, independentes de serem ou não cotistas” (Castro, 2006, p. 10) e, assim, ser uma importante ferramenta de combate às desigualdades educacionais entre os discentes.

Porém o que vem ocorrendo é a intensificação do processo de bolsificação²⁰ de várias demandas dos alunos. Essa política que vem sendo adotada por muitas

²⁰ Na atualidade, essa tem sido a resposta de muitas universidades pela demanda crescente por assistência estudantil por parte do seu corpo discente. Como a pesquisa apontou nos relatos dos estudantes entrevistados, os benefícios concedidos pela assistência estudantil tem ocupado um lugar central na vida acadêmica dos estudantes beneficiários, por isso, a disputa acirrada pela inclusão nos programas assistenciais das universidades federais. Apesar da importância atribuída pelos próprios estudantes beneficiários nos recursos dispensados para o pagamento de bolsas de auxílio financeiro, estas são apontadas como apenas uma das respostas necessárias para se combater a elitização e a desigualdade histórica presente no âmbito das universidades públicas. No

IFES está mascarando o real problema de permanência na universidade. Vários tipos de modalidades de bolsas de auxílio financeiro são criados como respostas às demandas dos discentes. Isto pode dar a impressão de que as demandas estão sendo respondidas, porém existem várias dimensões da vida acadêmica que não se encerram no fato do aluno possuir ou não uma pequena fonte de recursos financeiros. Um exemplo disso é o caso dos estudantes portadores de deficiência, que mesmo recebendo uma bolsa de auxílio financeiro, não têm solucionados seus problemas relacionados à acessibilidade no campus universitário e à ausência de recursos técnicos e humanos em sala de aula para que os mesmos possam acompanhar as aulas como os demais.

Percebe-se o seu caráter contraditório, pois na mesma medida em que tais propostas buscam atender às demandas do corpo discente, diminui a capacidade de crítica e de contestação da militância estudantil. Ela vem sendo conduzida de forma que os ganhos políticos têm sido enormes, ou seja, vê-se a desarticulação do movimento estudantil em torno da melhoria do ensino.

Seguindo esse caminho, observa-se a estratégia que vem sendo adotada pela política de assistência estudantil em responder as demandas do corpo discente através da distribuição de bolsas de auxílios financeiros. Assim, em muitas universidades criam-se várias modalidades de auxílios financeiros, tais como: transporte, moradia, para pessoas com deficiência, dentre outros.

Porém, como já dito, o estudante portador de deficiência já está presente no ensino superior com muitas dificuldades, tais como, acessibilidade dentro do campus, ausência de tecnologias e servidores com qualificação para atender suas demandas. Os censos de 2010 e 2011 já detectaram várias deficiências que apresentam os estudantes, como descrito na tabela abaixo:

atual contexto histórico, com o aumento no número de bolsas de auxílio financeiro dispensado aos estudantes, ocorrido após o advento do PNAES, a despeito das várias críticas, se tem demonstrado um avanço no que diz respeito à garantia de permanência e conclusão dos discentes pobres do ensino superior, pois as universidades têm realizado grandes investimentos em assistência estudantil.

Tabela 4 – Deficiências encontradas entre os estudantes do ensino superior nos Censos 2010 e 2011

CENSO 2010	CENSO 2011
TIPOS DE DEFICIÊNCIA	TIPOS DE DEFICIÊNCIA
Cegueira	Cegueira
Baixa Visão	Visão subnormal ou baixa visão
Deficiência Auditiva	Surdez
Deficiência Física	Deficiência auditiva
Deficiência Auditiva	Deficiência Física
Surdo-cegueira	Surdo-cegueira
Deficiência Múltipla	Deficiência Múltipla
Deficiência Intelecto/mental	Deficiência Intelectual
	Autismo Infantil
	Síndrome de Asperger
	Síndrome de Rett
	Transtorno desintegrativo da infância
	Altas habilidades/superdotação

Essa evidência aponta que a Assistência Estudantil necessita realizar um diálogo entre os diferentes setores e políticas da universidade, a fim de se garantir concretas condições de permanência para os alunos que ingressam pelas ações afirmativas e caminhar na direção da universalização de suas ações.

Esse diálogo promoverá maior comunicação entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão acadêmica, que se articulará para promover a permanência dos estudantes. Este será um possível caminho para se obter a universalização dos programas de permanência.

A busca pela universalização do ensino superior na sociedade brasileira tem na Constituição Federal de 1988 um marco histórico na sua garantia enquanto direito social, e mais recentemente encontrou nas políticas de ação afirmativa uma saída para a inclusão dos grupos historicamente aliados deste nível de ensino.

Nessa direção, várias ações afirmativas (alunos pobres, de escolas públicas, negros, indígenas) estão sendo implementadas pelas IFES em todo o Brasil. A perspectiva da proposta é democratizar o acesso das classes populares à universidade pública. Tem-se o objetivo de combater a elitização histórica do acesso ao ensino universitário no país, promovendo uma diversidade entre os estudantes e, desta forma, possibilitando maior igualdade de oportunidade e representatividade na universidade de grupos sociais que sofrem processos de desigualdade social, dentre outros.

Segundo Paura (2012), ao analisar a educação superior na década de 1990, conclui-se que há no sistema educacional brasileiro a chamada “pirâmide educacional”, que consiste no percentual maior de acesso de pessoas ao ensino primário e a progressiva diminuição aos níveis mais elevados de ensino.

Nesse sentido, Filho (2001) aponta que um dos principais problemas da educação brasileira que vem gerando um atraso na evolução educacional é a baixa transição de estudantes do ensino médio ao superior. A partir da década de 1990, o Estado brasileiro começou a elaborar políticas para educação, a fim de reverter esse quadro. As ações afirmativas têm sido uma alternativa para resolução dessa barreira à educação superior. Elas possibilitam que os alunos pobres não parem de estudar ao final do ensino médio e tenham acesso à universidade.

Porém pensar apenas na democratização do acesso à universidade pública sem criar condições para que esses alunos permaneçam no ensino superior será um contrassenso. Logo, torna-se necessário que, na mesma medida que são construídas políticas de ações afirmativas²¹, sejam pensadas também políticas de

²¹ Nessa direção, Ruiz (2010) indica que a questão da adoção ou não de políticas afirmativas parece já estar superada no Brasil, tendo em vista que o mesmo é signatário dos tratados e cartas internacionais de direitos humanos que garantem que o Estado execute tais políticas, ou seja, o debate em torno das políticas afirmativas encontra-se superado, segundo este autor, devido à obrigatoriedade do Estado brasileiro em implementar as mesmas. Segundo o autor, esses documentos, firmados nos tratados internacionais, que determinam políticas afirmativas, deixam claro que essas políticas não são permanentes, ou seja, atuam por período determinado na sociedade, enquanto perdurar as condições que geram desigualdade aos diferentes segmentos sociais e, “uma vez atingidas condições de exercício igualitário destes direitos, as medidas não devem ser mantidas”.

Como exemplo da necessidade de políticas afirmativas na sociedade brasileira, o autor cita os dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, que constatou a diferença salarial entre negros e outras etnias no mercado de trabalho. Ele reflete que falar de ações afirmativas apenas para cotas raciais nas universidades é uma redução da questão a apenas uma de suas dimensões. Isso porque existem outros segmentos da sociedade que convivem com desigualdades de acesso a seus direitos, como por exemplo, a pessoa com deficiência que, inclusive, já conta com previsão legal.

assistência estudantil a estes alunos. Portanto, nestas políticas encontra-se um ponto emblemático: a universidade está preparada para receber essa nova clientela de alunos oriundos das ações afirmativas e há política de assistência estudantil suficiente e efetiva para atender a demanda destes alunos na universidade?

Observa-se que nas políticas de ações afirmativas o critério de reserva de vagas no acesso à universidade pública é destinado aos grupos sociais desiguais, como negros, indígenas, dentre outros. Porém, ao se pensar a permanência destes alunos na universidade, a questão socioeconômica torna-se prioritária para a Assistência Estudantil, negando-se outras formas de desigualdades vividas na universidade pelos grupos de alunos portadores de deficiência, indígenas, negros, homossexuais, entre outros.

Nesse íterim que Salvador (2010) aponta que o fenômeno da desigualdade social não é determinado somente pelas questões econômicas e das diferenças de classe social, mas está conectado também a outras variáveis, como gênero, sexo, raça, etnia, dentre outros. Para ela, as políticas de reconhecimento têm por objetivo a redução das desigualdades sociais geradas por questões culturais. Diz que há uma polêmica entre políticas redistributivas e de reconhecimento. Ela conclui que há necessidade de ambas as políticas, pois as questões econômicas estão entrelaçadas às questões de identidade e culturais.

Dessa forma, é possível trabalhar com a perspectiva mais abrangente de permanência no ensino superior, considerando outros fatores que impactam de forma negativa a trajetória acadêmica dos discentes na graduação, para além das questões financeiras.

As políticas de assistência estudantil, portanto, devem considerar os vários “marcadores sociais” (Carrara, et al, 2010) de diferença - tais como, raça, gênero, sexualidade, religião - ou seja, elementos e fatores que se articulam, interferindo nas trajetórias dos sujeitos. Assim, poderão efetivamente combater as desigualdades sociais entre os vários segmentos de alunos do corpo discente, já que cabe à educação fomentar nos indivíduos a:

Construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades. A escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento. (Brasil, 2007, p. 9)

O reconhecimento desses processos pela Assistência Estudantil é muito importante na medida em que possibilita a construção da luta coletiva do movimento estudantil pela efetivação do direito à permanência e conclusão nos cursos de graduação, além de contribuir para a superação das desigualdades no meio acadêmico.

Faz-se necessário a intervenção da Assistência Estudantil a partir da elaboração de políticas institucionais voltadas a atender e promover a discussão e a reflexão sobre as demandas dos alunos, principalmente da Residência Estudantil, tendo em vista os processos discriminatórios e a desigualdade social histórica que esses alunos sofrem na sociedade brasileira. Articulando suas ações com as unidades acadêmicas, a assistência estudantil contribuirá para assegurar apoio pedagógico e social na formação dos discentes. Verifica-se a relevância do PNAES em trabalhar tais questões junto à comunidade no campus da universidade. Esse reconhecimento aponta para a construção de ações para além da concessão de auxílios financeiros aos alunos ditos pobres.

Logo, torna-se possível a construção de ações e projetos que visam ao atendimento de questões que atravessam a vida universitária dos discentes e que não se encontram enquadradas exclusivamente no perfil de renda per capita estabelecido no PNAES.

Nesse sentido, é importante problematizar e politizar as demandas do corpo discente na requisição dos auxílios financeiros e serviços da assistência estudantil, delimitando a atuação e oferta da assistência estudantil, buscando trabalhar intersetorialmente com as outras políticas públicas.

Essa iniciativa é importante para a criação de projetos no âmbito da Assistência Estudantil, para além da concessão de bolsas auxílios que contemplem a discussão e o debate no campus universitário de temas transversais à educação e

às desigualdades na permanência nos cursos de graduação, provocada pelas deficiências da educação básica.

Uma das primeiras ações seria um estudo de perfil da população atendida, que trouxesse à tona as principais e mais relevantes questões dos usuários do Programa. Outra questão que é de suma importância é a abertura de canais de comunicação com os usuários do Programa nas decisões institucionais, a fim de que os mesmos possam contribuir para a efetivação dos seus direitos à permanência e conclusão nos cursos de graduação, que é a finalidade do PNAES.

3

O PNAES: o reconhecimento das desigualdades na vida acadêmica

Nesse capítulo, será apresentado como se constitui o campo da assistência estudantil no âmbito das IFES, principalmente como vem se construindo o percurso histórico da assistência estudantil e dos demais programas de permanência no caso específico da UFRJ.

As primeiras ações relacionadas à Assistência Estudantil para os alunos da graduação nas universidades públicas federais foram formuladas em 1931, a partir da Lei Orgânica do Ensino Superior. Esta foi a primeira normatização da política de assistência estudantil no país. Desde este período já se tinha como objetivo atender às demandas do corpo discente com dificuldades socioeconômicas, com a criação de vários serviços para esse público, tais como: material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária (Lima, 2002).

Entretanto, a primeira ação de assistência estudantil brasileira acontece fora do país no governo de Washington Luis, em 1928, quando se deu a construção da casa do estudante brasileiro, que ficava localizada em Paris e sua construção e manutenção era financiada pelo governo. Segundo Costa (2009), as ações de assistência estudantil nesse período estão associadas ao surgimento e à consolidação do ensino superior no país.

A ampliação da política de assistência estudantil deu-se somente em meados da década de 1970, quando ocorre a criação do Departamento de Assistência Estudantil. Este órgão estava subordinado ao Ministério da Educação – MEC e “pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduando em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (Costa, 2009, p.8)”. Hoje, o mesmo já “extinto pela onda de reformas do ideário neoliberal” (Araújo, 2007, p.3).

O fechamento desse departamento provocou um descontínuo da assistência estudantil, interrompendo a consolidação das propostas dos vários programas de assistência estudantil ao corpo discente.

Essa realidade começa a mudar já na década de 1980, mais especificamente no ano de 1987, quando foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, para lutar pela educação pública de qualidade. Também nesse período a União Nacional dos Estudantes – UNE, entidade representativa dos alunos, também assumiu uma posição importante na luta pela assistência estudantil como direito. Segundo Araújo, essas entidades apresentaram várias “propostas de defesa da assistência estudantil como uma política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes” (2007, p. 5) que redundaram na formulação do PNAES. Suas ações estão focalizadas nos discentes com dificuldades socioeconômicas.

Para a construção das ações aos discentes da graduação, principalmente aqueles com dificuldades socioeconômicas, foi necessário verificar as demandas desse contingente nas IFES e, portanto, várias pesquisas foram elaboradas pelo FONAPRACE. Nelas, foi obtido um perfil socioeconômico e cultural dos alunos de graduação. Esses dados foram importantes para justificar as ações de assistência estudantil e a posterior regulamentação no ministério da educação do PNAES²². A partir destes dados, observou-se a importância da elaboração de ações de permanência para que as parcelas de alunos ingressantes com dificuldades socioeconômicas pudessem dar continuidade aos seus estudos na graduação. O PNAES foi formulado com um duplo objetivo, que seja: garantir a permanência e a conclusão aos discentes de graduação nas IFES.

A criação do PNAES é o reconhecimento explícito das enormes desigualdades que os discentes com dificuldades socioeconômicas enfrentam na universidade pública, pois, apesar de gratuita, o seu custeio é por demais elevado, principalmente no que se refere a material didático, transporte, moradia, alimentação, dentre outros.

²² O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES surgiu a partir da mobilização dos discentes das universidades federais e demais membros da comunidade acadêmica. Ele foi formulado pelo Fórum Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, em 1998, quando foi apresentada a primeira pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES em 1997. Após a divulgação do resultado desta primeira pesquisa, outras se seguiram (2004 e 2011) demonstrando a necessidade de ações que garantissem a permanência e a conclusão dos alunos com dificuldades socioeconômicas nas universidades públicas federais.

As ações de assistência estudantil só foram de fato asseguradas ao corpo discente das universidades federais a partir da formulação do PNAES²³, que nasce com a perspectiva de garantir nas IFES a construção efetiva de políticas de Assistência Estudantil²⁴ ao corpo discente da graduação e a alocação de recursos e financiamento para as mesmas. O programa cumpre a missão de promover mais igualdade aos alunos com dificuldades socioeconômicas no ensino superior para que os mesmos possam usufruir de idênticas oportunidades durante a vida acadêmica, ou seja, ter a possibilidade de participar de projetos de pesquisa, monitoria, extensão, atividades artísticas, eventos culturais, dentre outros.

Esse Programa é um marco na garantia do direito à permanência e conclusão dos discentes nos cursos de graduação das universidades públicas federais. Ele prevê uma série de ações com objetivo de materializar condições objetivas para que determinada parcela de alunos que ingressam nas IFES possam concluir com êxito os cursos de graduação.

O PNAES, instituído no âmbito do Ministério da Educação, é um importante programa que tem a missão de contribuir para a democratização do ensino superior nas IFES, a partir da consolidação de ações que visem à permanência e à conclusão dos discentes oriundos das camadas populares da sociedade. Sua finalidade é reduzir as taxas de retenção e evasão escolar, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação e tentar diminuir os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (Brasil, 2010). Para cumprir esta difícil e histórica meta da educação superior brasileira, ele terá que garantir a permanência e a conclusão do público – alvo a que se focalizam suas ações: aqueles alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio. É neste sentido que o PNAES, além de garantir auxílios financeiros aos alunos com dificuldades socioeconômicas oriundos das classes populares, prevê a criação dos seguintes serviços no âmbito das universidades federais, tais como:

²³ O PNAES regulamenta no âmbito das instituições federais de ensino superior os serviços e recursos para a assistência estudantil ao corpo discente de graduação.

²⁴ Porém antecedendo ao PNAES, desde 2007, já existia a nível nacional a portaria normativa número 39 do Governo Federal, que determinava ações de Assistência Estudantil nas IFES.

Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010, p. 1)

Assim, o PNAES visa assegurar o direito constitucional à educação pública, previsto na Constituição Federal de 1988 no artigo 205, que afirma:

Art.205- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ensino superior público no Brasil é um direito constitucional, ou seja, a educação superior é um direito social. A Constituição Federal de 1988 determina que seja dever do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da criação artística e da pesquisa, de acordo com a capacidade de cada um. Desta forma, todos os cidadãos têm o direito de cursar uma universidade pública. Porém esta não tem sido uma realidade para todos os brasileiros em relação ao acesso às universidades públicas e comunitárias. Verifica-se que a maioria das vagas nestas universidades é ocupada principalmente por estudantes das classes média e alta da sociedade, e as classes ou grupos menos privilegiados economicamente e que vivem em condições de subalternidade são excluídos deste direito.

Para Escorel (1999), a exclusão social é a condição do sujeito “sem lugar no mundo, totalmente desvinculado ou com vínculos frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (idem, p. 18). Essa desvinculação vem de situações de extrema vulnerabilidade. Esse fenômeno tem provocado a saída prematura de vários grupos específicos de estudantes do sistema de ensino público e criado muitos obstáculos para os alunos que persistem em sua escolarização sonhando com a entrada no ensino superior. Pesando nisso que novos mecanismos de ingresso nas universidades públicas foram formulados para atender aos estudantes pobres, das classes populares, negros e indígenas.

As ações afirmativas nasceram com a perspectiva de alterar esta desigualdade histórica da educação de ensino superior no Brasil. Elas colaboram

para que uma maior diversidade de alunos possa ter acesso ao Ensino Superior e é um importante mecanismo de equidade neste nível de ensino (Felicetti, 2009). As ações afirmativas vêm cumprir um dos princípios da Constituição Federal de 1988 em relação à educação, que é garantir aos brasileiros “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. 206). Nesse contexto, de forma complementar, caberá à Assistência Estudantil a criação de condições materiais para a efetivação deste direito. Portanto, democratizar não só as formas de acesso, mas as de permanência e conclusão deve ser o objetivo a ser alcançado pela política de educação e pauta de luta dos movimentos sociais e estudantis na reivindicação de uma educação pública de qualidade.

Para tanto, o decreto-lei nº. 7234 legitima e garante recursos para a concessão de benefícios e serviços, em especial para o segmento de alunos que apresentam uma renda per capita de até um salário mínimo e meio. Esse decreto tem na perspectiva da ausência de recursos financeiros um dos principais fatores que levam à evasão de estudantes pobres nos cursos de graduação das IFES. Desta forma, observamos a adoção de critérios de elegibilidade por parte do PNAES, ou seja, não são todos os alunos da universidade que terão o direito aos benefícios e serviços oferecidos pelo Programa.

O público alvo, então, são aqueles discentes oriundos das camadas populares e subalternas (Yazbek, 2012), que, a priori, têm menos condições de se manter na Universidade. Há uma priorização das ações do PNAES no que se refere ao auxílio financeiro aos alunos com dificuldades socioeconômicas em detrimento dos demais discentes e aos outros problemas relacionados à permanência no ensino superior. Entende-se que a assistência estudantil priorize a concessão de auxílios financeiros aos estudantes com dificuldades socioeconômicas, porém as políticas de permanência não se resumem somente nisso.

Assim, espera-se que as avaliações socioeconômicas que definem os estudantes a serem contemplados pelos benefícios financeiros sejam também um instrumento garantidor de direitos dos discentes no ensino superior, não só em relação à ausência de renda, mas também a outras questões que interferem negativamente no desempenho acadêmico, como por exemplo, o preconceito dentro do campus, os problemas de saúde, a falta de acessibilidade, dentre outros.

Como dito anteriormente, ao delimitar um teto de renda para ingresso dos alunos no PNAES, o mesmo está reduzindo a questão da permanência e conclusão no ensino superior apenas às questões econômicas, como se somente os alunos pobres sofressem processos de exclusão do ensino superior. As políticas de permanência deveriam estar voltadas também para outros determinantes que não só a desigualdade de renda no ensino superior.

As questões relativas ao acesso aos benefícios e serviços sempre foram algo primordial aos calouros e veteranos e, inclusive, pauta da militância estudantil que em várias universidades lutaram e continuam lutando pela construção de serviços que venham atender suas demandas, como a construção de restaurantes universitários, alojamentos, dentre outros.

A partir do exposto acima, é necessário refletir a importância de alocação de recursos da assistência estudantil em duas direções principais: a primeira no atendimento direto aos alunos em vulnerabilidade de renda na universidade, que não tenham condições econômicas para arcar com as despesas nos cursos de graduação, disponibilizando o quanto antes auxílios financeiros a estes estudantes; e a segunda, não menos importante, é a construção das ações e serviços já descritos nas linhas acima para atendimento de estudantes portadores de deficiência, vítimas de preconceito racial, dentre outros.

Sendo assim, a assistência estudantil estaria voltada para as demandas dos estudantes universitários e não somente aos estudantes enquadrados no corte de renda estabelecido pelo PNAES, já que em muitas instituições de ensino superior os recursos do financiamento da Assistência Estudantil são direcionados em grande parte para o pagamento de bolsas de auxílios financeiros aos discentes pobres. Dessa maneira, ao redimensionar os recursos para outras áreas, será possível a construção, por exemplo, de ações de apoio pedagógico. Considerando que esses alunos não obtiveram uma formação básica que lhes assegure condições acadêmicas adequadas para acompanhar o ensino nas universidades federais, torna-se urgente tais ações.

Muito antes do advento do PNAES e das ações afirmativas, por exemplo, a UFRJ já contava em suas unidades acadêmicas de um dispositivo criado para realizar a orientação acadêmica de seus discentes. A resolução Conselho de

Ensino de Graduação – CEG 3/1997 instituiu que no âmbito da universidade a instância responsável por tal tarefa seria a Comissão de Orientação e Apoio Acadêmico – COAA e o corpo de professores orientadores. Essa resolução previa que a COAA seria formada por, no mínimo, três professores orientadores e um representante dos discentes com a tarefa de viabilizar medidas para o bom desempenho acadêmico dos estudantes. Essa resolução assegura que todos os alunos da graduação tenham professores orientadores para suas dificuldades. Desde então, esse dispositivo vem se mantendo na universidade mesmo com a aprovação de novas resoluções que versavam sobre a assistência estudantil.

Entretanto, isto não vem se dando de uma forma tão simples. As políticas de acesso²⁵ ao ensino superior não estão sendo acompanhadas na mesma medida de ações de Assistência Estudantil, principalmente na dimensão de apoio pedagógico. Isso porque mesmo com a gratuidade do ensino das universidades públicas federais, há necessidade de criação de outras medidas que possam garantir a continuidade nos cursos de graduação dos alunos oriundos das classes populares. Já que o elevado custo com transporte, alimentação, moradia alternativa e despesas com material acadêmico torna quase impossível a permanência dos alunos com dificuldades socioeconômicas na universidade. Sem contar as deficiências do ensino fundamental e médio que provocam um baixo rendimento acadêmico, principalmente no início dos cursos de graduação. Estas, dentre outras questões, foram as justificativas para a criação do PNAES.

A priorização dos recursos financeiros da assistência Estudantil na concessão de auxílios financeiros aos estudantes elegíveis pelo PNAES, que são aqueles com renda per capita de até um salário mínimo e meio, precisa ser repensada, pois a garantia do direito à permanência no ensino superior é mais complexa e difícil, principalmente para alunos de origens populares, devido à sua vulnerabilidade social e às suas deficiências vividas na educação básica. Esta sendo deficitária, devido à inoperância das políticas públicas no sistema de ensino público, prejudica em muito a trajetória acadêmica destes discentes no início do curso de graduação.

²⁵ Nas universidades públicas federais têm sido estabelecida uma política de cotas para vários segmentos de alunos historicamente excluídos da educação de ensino superior, tais como os negros, indígenas, com dificuldades socioeconômicas e oriundos de escolas públicas.

Segundo Zago (2006), os alunos oriundos do sistema de ensino fundamental e médio público apresentam um histórico pouco competitivo, que lhes possibilite ultrapassar a barreira do vestibular. E quando conseguem alcançar a universidade federal, verificam-se muitas reprovações nos primeiros períodos e um baixo rendimento acadêmico em seus históricos. Neste sentido, uma questão central é articular a Assistência Estudantil com as unidades acadêmicas para que as dificuldades de rendimento e as demandas por apoio pedagógico dos alunos possam ser atendidas.

Este é um grande desafio para a Assistência Estudantil, já que a cultura das universidades federais reconhece o mérito como fundamento central e prima pelo que considera excelência acadêmica na escolha dos alunos que apresentam tal perfil nos projetos de pesquisa, iniciação científica, monitoria e de extensão. Articular a participação dos alunos de origem popular atendidos pelo PNAES, na produção de conhecimento gerada nas pesquisas universitárias e na extensão, torna-se primordial para que estes discentes tenham de fato condições equânimes de permanência na universidade.

Dessa maneira, alguns dos serviços descritos pelo PNAES não se materializam necessariamente na forma de auxílios financeiros. Eles tendem a caminhar para a construção de ações e articulações entre as várias instâncias das IFES. Portanto, é necessário refletir na construção de uma política de permanência para os estudantes de graduação, que contemple e assegure os novos direitos introduzidos pelo PNAES. Nessa direção torna-se necessário fomentar o debate com a comunidade acadêmica em torno das principais questões que assolam o dia a dia dos estudantes na universidade. Incentivar o protagonismo e a participação dos estudantes na formulação das ações e das decisões institucionais em torno do PNAES, o que possibilitará conhecer o cotidiano destes alunos e o perfil de suas demandas. Esse debate coletivo envolvendo estudantes, docentes e servidores técnicos administrativos é necessário, pois propiciará a construção de políticas institucionais para os estudantes nas áreas de saúde, esporte, cultura e lazer, dentre outras. A intersectorialidade entre a política de assistência estudantil com outras políticas públicas também deve ser buscada para concretizar no âmbito das IFES as propostas apontadas pelo PNAES.

3.1.

As políticas de assistência estudantil e permanência na UFRJ

As ações com o objetivo de permanência, como a Residência Estudantil²⁶, transporte gratuito dentro do campus e auxílios financeiros (bolsa auxílio) aos estudantes com dificuldades socioeconômicas, são oferecidas aos discentes na UFRJ há décadas, muito antes da aprovação do PNAES. A concessão de vagas na moradia estudantil e de bolsas de auxílios financeiros aos estudantes pobres da UFRJ é realizada desde meados da década de 1970.

Desde este período, a UFRJ vem oferecendo aos estudantes duas modalidades de auxílio financeiro: a bolsa auxílio e a bolsa manutenção, esta paga aos estudantes moradores da residência estudantil. Ambas são para estudantes com dificuldades socioeconômicas e buscam contribuir com a estadia destes discentes na Cidade Universitária. Mais recentemente, a universidade vem oferecendo duas modalidades de bolsa acesso permanência: uma que é paga aos estudantes com recursos próprios da UFRJ e outra com financiamento proveniente diretamente do MEC para os estudantes. A seguir, será apresentado um breve histórico de constituição da assistência estudantil na UFRJ, a partir de suas resoluções e, mais especificamente, como se organizam as bolsas de auxílio financeiro.

Esses auxílios financeiros tornaram-se uma política de assistência ao estudante pobre da UFRJ na sessão de 06/09/2000 do Conselho de Ensino de graduação. Posteriormente, foram aprovadas várias resoluções do CEG visando à regulamentação dos benefícios oferecidos aos estudantes. As resoluções CEG 01/2003 e 02/2004 (apresentava alterações na resolução 01/2003) dispuseram sobre a concessão de bolsa auxílio. Estas estabeleceram que para obter o referido benefício os alunos deveriam estar na primeira graduação e passar por uma avaliação socioeconômica realizada pela Divisão de Assistência Estudantil – DAE. A renovação do benefício, ou seja, a continuidade do recebimento dos

²⁶ Em relação à residência estudantil, devido à ausência de registros e de bibliografia que informasse com precisão a data de sua construção, não foi possível datar quando começou a receber os estudantes. Sabe-se que o atual prédio da Residência Estudantil conta com mais de quarenta anos.

recursos financeiros estaria condicionada à manutenção do quadro de vulnerabilidade social comprovado pela DAE e um bom rendimento acadêmico durante o ano letivo. Para a avaliação do rendimento acadêmico dos discentes beneficiários para a renovação²⁷ da bolsa auxílio, a resolução 01/2003 definiu que caberia esta tarefa a COAA. Desde então, essa questão tem sido um ponto bem emblemático, pois, apesar das COAAs terem sido criadas desde 1997, o seu funcionamento tem deixado a desejar. Muitos discentes desconhecem quem são os professores orientadores e que possuem representação estudantil dentro das COAAs para atender às suas demandas. Isto aponta para a pouca visibilidade e divulgação desse setor na universidade e a forma de como se dá a avaliação de desempenho²⁸ dos estudantes bolsistas. Uma atenção adequada por parte das COAAs poderia evitar em muitos casos reprovações nos primeiros períodos dos cursos de graduação.

Outra modalidade de bolsa que existia na UFRJ era a bolsa apoio²⁹ ao estudante. Para essa modalidade de bolsa, coube a resolução do CEG nº. 04/2003 e, posteriormente, a resolução CEG nº. 01/2004 que alterou os artigos primeiro, segundo, décimo e as disposições transitórias da Resolução CEG 04/2003, o estabelecimento das regras para a concessão da bolsa apoio ao estudante. Esta tinha por objetivo “apoiar o estudante de graduação de baixa renda no exercício de atividades acadêmicas relacionadas à área de formação intelectual e profissional” (UFRJ, 2003). Era previsto que os estudantes deveriam dedicar uma carga horária semanal de 12 horas (CEG, 2004) nestas atividades acadêmicas para fazer jus ao benefício. Essa modalidade de bolsa atendia a um total de 250 discentes e era vedada a acumulação com a bolsa auxílio e o auxílio manutenção, que é pago aos alunos moradores da Residência Universitária.

²⁷ Para a renovação do benefício da bolsa auxílio e da moradia, é necessário que o aluno tenha sido avaliado em seu desempenho acadêmico no decorrer do ano letivo e que o mesmo apresente um bom rendimento para garantir a continuidade do benefício no próximo ano.

²⁸ Por esta resolução e pelas demais que se seguiram, e assegurado ao estudante bolsista os serviços de orientação e acompanhamento acadêmico, porém devido à falta de efetividade das COAAs junto a estes alunos, faz pensar se os estudantes não-bolsistas têm conseguido obter tal serviço.

²⁹ Para essa modalidade de bolsa, coube a resolução do CEG nº. 04/2003 e, posteriormente, a resolução CEG nº. 01/2004, que alterou os artigos primeiro, segundo, décimo e as disposições transitórias da Resolução CEG 04/2003, o estabelecimento das regras para a concessão da bolsa apoio ao estudante.

No ano de 2004, também foram regulamentadas novas regras para a concessão e renovação do benefício moradia com a substituição da resolução CEG 07/1992 pela aprovação da resolução CEG 03/2004. Essa atualizou os procedimentos já existentes e definia o quantitativo de 504 alunos³⁰ que anualmente receberiam o auxílio manutenção e a equiparação deste auxílio ao valor mínimo de uma bolsa de iniciação científica.

Essa atualização tinha por objetivo regulamentar, organizar regras e normas mais eficazes para o atendimento aos estudantes na Residência Estudantil, pois há, desde essa época, déficit de vagas na moradia estudantil.

Essa organização da assistência estudantil perdurou até a formulação da resolução CEG 01/2008, que definiu no âmbito da universidade o que até os dias atuais é chamado de “auxílio ao estudante”. Este foi elaborado para atender aos alunos com dificuldades socioeconômicas em se manter nos cursos de graduação. A resolução previa apenas dois tipos de benefícios, a bolsa auxílio³¹ e a moradia³², sendo que a modalidade de auxílio prestado pela bolsa de apoio ao estudante foi extinta, o que significou a unificação dos benefícios em torno do chamado auxílio estudante. Esta resolução definiu as regras de concessão e renovação anual destes dois benefícios, assim como a sua manutenção por parte dos estudantes.

Até o ano de 2011, a organização³³, seleção e a gerência destes benefícios ficavam a cargo exclusivamente da DAE³⁴, que estava subordinada a Pró-reitora de Graduação (PR1) da UFRJ. Nesta época, sua equipe era formada por

³⁰ Esse quantitativo de estudantes atendidos pela Residência estudantil têm sido o mesmo desde o período de fundação da moradia universitária. Percebe-se no atual contexto histórico, principalmente, a partir da adoção do ENEM pela UFRJ, que se tem aumentado as requisições dos estudantes vindos de outros estados e municípios distantes da capital do Rio de Janeiro por vagas na residência estudantil. Desta forma, a atual oferta de vagas na moradia universitária tem sido insuficiente para atender a demanda crescente dos discentes, muito por conta do aumento da mobilidade estudantil entre as várias IFES presentes nos mais diversos estados e regiões do país.

³¹ Segundo o último edital de seleção de estudantes, lançado pela DAE em 2014, a bolsa auxílio consiste na concessão de R\$ 400 reais, acrescidos de mais R\$ 150 para ajuda de custo na passagem aos estudantes de graduação.

³² O benefício moradia consiste na disponibilidade de uma vaga para moradia temporária na residência estudantil, mais um valor de R\$400 reais pagos aos estudantes. Porém a partir do ano de 2012, com a perspectiva de início das obras na Residência Estudantil, aos novos alunos contemplados e também aos estudantes já moradores na residência estudantil que por necessidade das reformas tivessem que sair do prédio temporariamente foram oferecidos o benefício moradia emergencial no valor de R\$1200 reais.

³³ Até o ano de 2011, a direção da Residência estudantil e a DAE eram os únicos setores responsáveis pela operacionalização da assistência estudantil.

³⁴ Após a criação da SUPEREST, essa divisão passa se designar Divisão de Apoio ao Estudante.

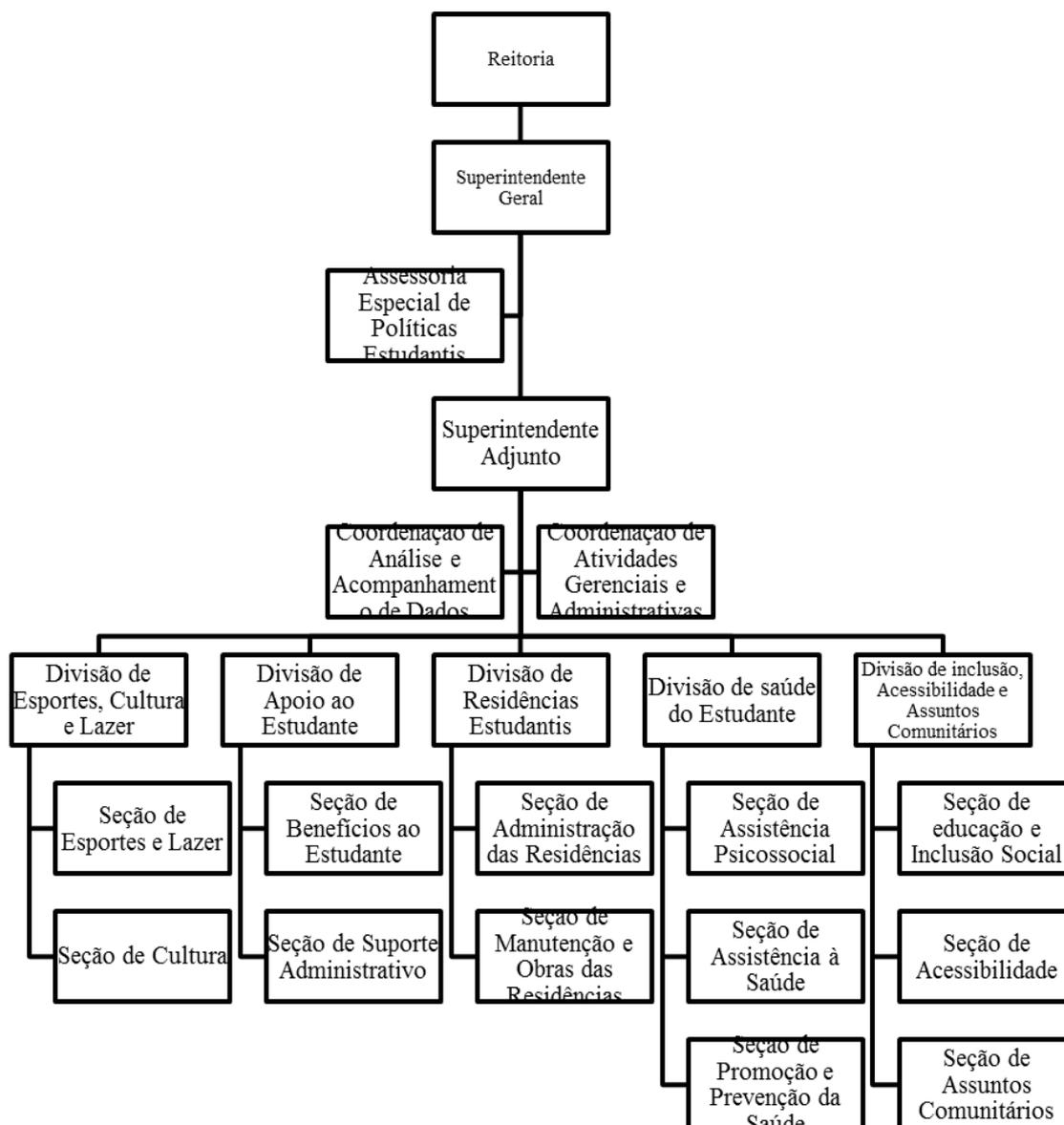
Assistentes Sociais e uma psicóloga. A DAE tinha a tarefa de realizar a seleção socioeconômica dos alunos.

Porém uma nova realidade é estabelecida, a partir do ano de 2010, para as IFES, provocando uma transformação na assistência estudantil da UFRJ. A DAE e a residência estudantil desvinculam-se administrativamente da Pró-reitora de Graduação e passam a integrar a SUPEREST³⁵, em 14 de Julho de 2011, data de sua criação. Segundo a resolução nº. 15 do Conselho Universitário – CONSUNI, a SUPEREST foi elaborada para fazer parte dos órgãos executivos do gabinete da Reitoria, com objetivo de oportunizar condições apropriadas para as atuais demandas colocadas em pauta no meio acadêmico pelas políticas de assistência estudantil, o que significa que esse setor da universidade terá que construir respostas para as novas demandas postas na universidade, pelos estudantes de graduação. Assim, na UFRJ, verificou-se o aumento das ações e principalmente de novos benefícios que devem ser operacionalizados ao corpo discente após o advento do PNAES e das ações afirmativas.

Nesse sentido, foi necessário construir na UFRJ uma estrutura administrativa maior que a DAE para colocar na prática as novas requisições postas pelo PNAES. Foram criadas novas divisões e seções, tais como: a Divisão de Inclusão Acessibilidade e Assuntos Comunitários – DINAAC, a Divisão de Saúde do Estudante – DISAE, a Divisão de Esporte Cultura e Lazer – DECULT, dentre outras que ainda estão sendo formuladas. Todas as novas divisões criadas na SUPEREST passam a estar subordinadas diretamente ao gabinete da Reitoria. Nessa nova formação administrativa, a DAE permaneceu responsável pelas avaliações socioeconômicas dos alunos que solicitam os benefícios financeiros e as vagas na Residência Estudantil da UFRJ. Com objetivo de executar as novas demandas trazidas pelo PNAES na universidade que a SUPEREST foi elaborada. Segue abaixo o atual organograma da SUPEREST, com suas respectivas seções e divisões:

³⁵ A SUPEREST foi criada através da resolução n.º 15 do CONSUNI.

Gráfico 4 – Organograma da Superest



Fonte: site www.superest.ufrj.br.

Merece destaque outro benefício que também é administrado pela DAE, a Bolsa Acesso Permanência, que consiste no auxílio financeiro no valor de R\$ 400 reais e transporte municipal e intermunicipal ao aluno oriundo de escolas públicas e que apresente uma renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimo. O auxílio será pago apenas no primeiro ano do curso de graduação. Os recursos para o pagamento desse benefício provêm diretamente do orçamento da UFRJ.

Após a adesão da UFRJ ao Programa de Bolsa Permanência – PBP do Ministério da Educação, os estudantes ingressantes na universidade pela ação afirmativa, matriculados em cursos com uma carga horária de estudos igual ou superior a cinco horas diárias e que tenham uma renda per capita de até um e meio salário mínimo, poderiam pleitear o benefício. Já os estudantes que se autodeclararam indígenas e quilombolas, podem se inscrever nesse benefício independente da carga horária dos seus cursos, conforme estabelecido pela portaria nº. 389, de 09 de Maio de 2013 pelo Ministério da Educação. O valor do benefício é de R\$ 400 reais pagos diretamente ao estudante pelo MEC. As IFES encaminham mensalmente a relação de estudantes beneficiários para o MEC, que irá homologar os nomes e os repassará para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para providenciar o pagamento aos estudantes. Percebe-se que essas regras são um tanto ambíguas e aparecem de forma pouco evidente para os estudantes e profissionais que atuam diretamente com os estudantes, pois define uma carga horária específica para o recebimento deste benefício, deixando de fora, por exemplo, os estudantes do curso noturno e outros com carga horária diferenciada.

Em uma perspectiva política, esse atual formato administrativo da assistência estudantil na UFRJ com a criação da SUPEREST foi uma estratégia importante para o enfrentamento do aumento das demandas por auxílio financeiro e por outras dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes. Isso vem se dando a partir do incremento por esta universidade das políticas afirmativas no ensino superior, aumentando consideravelmente a quantidade de alunos oriundos das classes populares na graduação. O trabalho da SUPEREST tem se tornado cada vez mais complexo também após a adoção da UFRJ ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM em substituição do seu vestibular. O ENEM propiciou maior mobilidade dos estudantes entre as universidades federais, o que tem tornado estratégica a aquisição do benefício moradia da UFRJ. Surge, assim, um novo contexto institucional que contribui para que o campo da assistência estudantil passe a ter reconhecimento maior e importância dentro da universidade, ou seja, tem-se por meta que a atual SUPEREST caminhe para se consolidar como uma Pró-Reitoria com mais status e autonomia na estrutura acadêmica.

As novas divisões criadas com a SUPEREST têm por objetivo pensar em outras ações institucionais para além da prestação de auxílios financeiros. Como dito anteriormente, faz-se necessário a construção de políticas institucionais no âmbito da universidade para que sejam reservados recursos financeiros e humanos que propiciem uma atuação eficaz destas novas divisões.

Porém a criação da SUPEREST não foi antecedida de um debate amplamente divulgado junto à comunidade acadêmica. Houve apenas a formulação de um grupo de trabalho de assistência que pensou a nova superintendência. Mesmo com representantes discentes neste grupo de trabalho, não houve uma abertura para a participação maior dos estudantes da universidade nas formulações que deram origem a SUPEREST. Entende-se que deveria ter ocorrido, antes da criação dessa superintendência, um amplo debate na universidade que redundasse na formulação de uma política institucional de permanência dos estudantes de graduação. Pois seriam as diretrizes dessa política que definiriam as ações e projetos das divisões da SUPEREST.

Com a ausência de uma nova política institucional de permanência, em substituição a atual resolução do CEG 01/2008, que norteie o trabalho da recém-criada SUPEREST, a atuação da mesma tem encontrado limitações. As questões de esporte, cultura, lazer, saúde e das pessoas com deficiência, que são o público-alvo da DECULT, DISAE, e DINAAC, respectivamente, têm se tornado focalizado no atendimento aos alunos bolsistas, em especial aos discentes do benefício moradia. Porém com o aumento da demanda por ações de permanência na universidade, faz-se necessário a ampliação das ações da SUPEREST para outros segmentos de alunos que não somente os bolsistas. Há uma perspectiva pela universalização³⁶ de suas ações a todos os alunos da universidade.

Sendo assim, torna-se necessário redimensionar as ações e recursos até então disponibilizados para a assistência estudantil. Saber se o aumento das demandas por auxílio financeiro e moradias estudantis estão sendo contempladas pela quantidade de recursos existentes, e se as novas divisões criadas com a SUPEREST estão obtendo recursos financeiros e humanos para executar suas ações e projetos institucionais para atendimento aos discentes. Caso contrário,

³⁶ O debate em torno da universalização foi apresentado no item anterior.

corre-se o risco de provocar desassistência aos alunos com dificuldades socioeconômicas que estão adentrando o ensino superior a partir da adoção das ações afirmativas na UFRJ e também não atender às outras demandas dos estudantes que não são beneficiários da ação afirmativa, que no decorrer dos cursos de graduação venham a precisar da assistência estudantil. .

Considerando que na última pesquisa³⁷ publicada em 2011 pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior – ANDIFES³⁸, realizada no período de 11 de outubro a 17 de dezembro de 2010, junto aos alunos matriculados no segundo semestre de 2009 nos cursos presenciais de graduação nas universidades federais, pôde-se obter um panorama atualizado do perfil dos discentes. Dos dados obtidos, um que se destaca pela importância para este trabalho é o percentual de apenas 2,5% de alunos moradores em residências estudantis. Constatou-se que a maioria dos estudantes reside com os pais ou seus respectivos companheiros/as e 25,3% moram na casa de amigos, familiares, pensão, república, dentre outros. Estes dados podem evidenciar que há um déficit na oferta de residências estudantis. O que leva grande parte dos discentes a buscar outras estratégias para a ausência de residência universitária (alojamento), tais como: repúblicas, pensões e outras moradias alternativas, muitas vezes sem condições adequadas de estadia, localizadas em áreas periféricas da cidade. Deste modo, a sua permanência na universidade torna-se muito difícil somando-se ao fato de que a maioria dos estudantes residentes universitários pertence às classes C, D, E (83%), ou seja, com baixo poder aquisitivo para arcar com as despesas com moradia alternativa longe de suas famílias. Logo, a oferta de residências estudantis nas IFES é fundamental para garantir a permanência e a conclusão nos cursos de graduação, principalmente, dos alunos com dificuldades socioeconômicas.

Portanto, a Residência Estudantil (espaço físico para moradia no campus universitário) torna-se uma importante estratégia para estes discentes, já que o valor financeiro pago pela universidade a título de auxílio moradia não é suficiente para arcar com as despesas com moradia alternativa no Rio de Janeiro e

³⁷ O questionário adotado nesta pesquisa foi construído coletivamente em um processo contínuo de discussões dentro do FONAPRACE.

³⁸ Essa Associação é formada por 54 Instituições Federais de Ensino Superior presentes em todos os estados da federação e do Distrito Federal.

tendo em vista que a maioria dos discentes que recorrem às vagas na moradia estudantil nas universidades federais pertence às classes³⁹ C, D e E (Andifes, 2011).

3.2.

O Exame Nacional do Ensino Médio e a mobilidade estudantil entre as instituições federais de ensino superior

A UFRJ iniciou seu processo de adesão ao ENEM⁴⁰ no concurso de acesso aos cursos de graduação⁴¹ para o ano de 2010. O edital daquele ano estabeleceu que a primeira fase do concurso de acesso seria a prova do ENEM e a segunda fase as provas discursivas específicas para cada curso de graduação. Nele, ainda não havia a reserva de vagas pelas ações afirmativas.

Foi a resolução⁴² n.º 16 de 2010 que definiu os percentuais de vagas disponíveis a cada modalidade de acesso⁴³ à universidade para o ano de 2011. Estabeleceu-se que 40% das vagas seriam ocupadas por aqueles discentes aprovados no concurso de acesso próprio da UFRJ, outros 40% das vagas oferecidas em cada curso seriam ocupadas a partir da aprovação no concurso de acesso realizado pelo ENEM, através do Sistema de Seleção Unificada – SISU⁴⁴ e

³⁹ Na pesquisa realizada pela Andifes em 2011 para a classificação econômica dos discentes, utilizou-se os critérios da Associação Brasileira de Empresas de pesquisa (ABEP), que enfatiza a “função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais”.

⁴⁰ O ENEM avalia os estudantes concluintes do ensino médio, mas também tem a função de ser um vestibular unificado para o ingresso em muitas universidades. A nota que os estudantes obtêm nele propicia classificar os candidatos às vagas nas instituições públicas através do SISU, concorrer às bolsas de estudos pelo PROUNI e financiar os estudos através do FIES.

⁴¹ A partir da divulgação do edital n.º 54 de 27 de agosto de 2009.

⁴² Foi somente a partir da resolução n.º 16, aprovada pelo Conselho Universitário – CONSUNI em 19 de agosto de 2010, que as ações afirmativas começaram a fazer parte do processo de seleção para os cursos de graduação da UFRJ.

⁴³ Neste concurso de acesso os estudantes, tiveram que optar por se inscrever através do edital n.º 66 de 01 de setembro de 2010, próprio da UFRJ, ou por meio do edital complementar n.º 117 de 20 de dezembro de 2010, que iria realizar a seleção dos inscritos às vagas do SISU.

⁴⁴ Ele é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, no qual as várias instituições públicas de ensino superior disponibilizam suas vagas nos cursos de graduação aos estudantes inscritos no ENEM. Este sistema informatizado foi instituído e regulamentado pela Portaria normativa n.º 2 do Ministério da Educação, que definiu que a seleção dos candidatos às vagas oferecidas por meio do SISU será realizada a partir do desempenho obtido no ENEM.

os 20% restantes das vagas ocupadas em cada curso seriam preenchidas também por aqueles candidatos aprovados pelo ENEM “e que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública vinculados às Secretarias Estadual e Municipais de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica, do Estado do Rio de Janeiro” (UFRJ, 2010).

Inicialmente, foi apenas para os alunos oriundos da escola pública de ensino do Rio de Janeiro que as ações afirmativas iniciaram seu percurso na UFRJ. Este fato gerou muita polêmica e ações na justiça para a ampliação dessa medida, devido ao aumento de matrículas de estudantes vindos de outros estados do Brasil. Assim, a partir da ação civil pública⁴⁵ da justiça federal do Rio de Janeiro, as ações afirmativas foram estendidas aos estudantes da rede de ensino pública de todo território nacional. A partir de então, passam a ter direito a disputar as vagas disponibilizadas pela ação afirmativa, estudantes de todo o país que tenham cursado todo o ensino médio na escola pública. Assim, a mobilidade estudantil e a procura pelos cursos de graduação da UFRJ se intensificam por parte de alunos naturais de outros estados e diferentes regiões do Brasil.

A adesão completa da UFRJ ao ENEM se deu no concurso de acesso para os cursos de graduação ao ano de 2012. No edital n.º106 de 04/10/2011, publicado pela universidade, ficou definido que o ingresso se daria a partir da aprovação no ENEM, e nova divisão entre o quantitativo de vagas disponibilizadas para a ampla concorrência e ação afirmativa foi definida. Ficou estabelecido que seriam destinadas 30% das vagas para as ações afirmativas e 70% para os estudantes não enquadrados nas mesmas. Manteve-se como critério para a concorrência às vagas da ação afirmativa a trajetória escolar exclusivamente realizada na escola pública, em qualquer parte do Brasil, e foi introduzido um novo teto de renda per capita menor ou igual até um salário mínimo nacional vigente. Desse modo, somente terá garantida a oportunidade de pleitear a reserva de vagas pelas ações afirmativas os estudantes enquadrados nesse teto de renda. Isso significa que a questão econômica sobressai sobre outros determinantes sociais, como raça, etnia, deficiência, dentre outros, que também geram desigualdade no ensino superior.

⁴⁵ Ação civil pública nº 2010.51.01.022203-3.

Nos concursos de acesso subsequentes, a UFRJ passou a adotar o ENEM como mecanismo de seleção aos cursos de graduação, com exceção do teste de habilidade específica – THE, que ficou a cargo da Coordenação Executiva dos Concursos de Acesso aos Cursos de Graduação/Superintendência de Acesso e Registro da UFRJ.

A política de ação afirmativa no concurso de acesso do ano de 2013 e 2014 sofreu novas alterações, principalmente, após a aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu a reserva de vagas para as pessoas que se autodeclarassem negros, pardos e indígenas, e garantiu um percentual mínimo de cinquenta por cento das vagas nas universidades federais para os estudantes oriundos da escola pública. Posteriormente, a aprovação do decreto nº. 7824, de 11 de outubro de 2012, regulamentou a reserva de vagas no âmbito das universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio. Segundo esse decreto em seu artigo segundo, as instituições federais de ensino superior devem reservar no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas, respeitando os seguintes critérios:

- I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e
- II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (Brasil, 2012)

Percebe-se, nestes incisos, que não é todo estudante afrodescendente ou indígena que teria assegurado o acesso à universidade via ação afirmativa, pois somente aqueles que estudaram todo o ensino médio em escola pública poderão concorrer às cotas raciais, quer dizer, somente os estudantes negros ou indígenas oriundos de escola pública é que poderiam acessar as cotas raciais. Os afrodescendentes, indígenas e quilombolas que não se enquadram no quesito escola pública irão disputar os cinquenta por cento do restante das vagas com a ampla concorrência. Além deste quesito, há as delimitações no que se refere à renda per

capita para os estudantes da escola pública. Vê-se que ao adotar critérios de renda per capita a ação afirmativa volta-se para os segmentos mais pobres da população. Ela segue uma tendência das políticas sociais brasileiras de priorização da pobreza absoluta em detrimento da relativa (Pereira, 1996). Essa questão tem gerado contraditoriamente muitas críticas de vários estudantes autodeclarados afrodescendentes, que pelo critério de renda per capita, e por não terem estudado em escola pública os três anos do ensino médio, não têm direito à reserva de vaga. Estes estudantes criticam que, mesmo tendo uma condição socioeconômica superior ao disposto no decreto nº. 7824 de 11 de outubro de 2012, sofrem os mesmos processos de exclusão por questões raciais e preconceito presente na sociedade e, por conta disso, encontram muitas dificuldades de acessar uma universidade federal.

Muito provavelmente considerando estas críticas, a UFRJ no edital para os cursos de graduação do ano de 2014 incluiu no artigo oitavo, que trata da ação afirmativa, o item que garante:

50% das vagas de que trata o caput deste artigo serão destinadas a candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo vigente, sendo os demais 50% destinados aos candidatos com renda familiar bruta per capita superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo vigente.”

Atualmente, a ação afirmativa na UFRJ reserva cinquenta por cento das vagas no vestibular aos alunos oriundos exclusivamente da escola pública e dentre estes são reservadas vagas específicas aos que se declaram pretos, pardos ou indígenas.

Observa-se após a adoção do ENEM e das ações afirmativas pela UFRJ, uma maior mobilidade de discentes entre as instituições de ensino superior federal das mais diversas regiões do país migrando para a UFRJ. Esta nova realidade se dá por causa da excelência do ensino ministrado e a existência de políticas estudantis, principalmente, a Moradia Estudantil, o que tem aumentado a demanda por vagas na Residência Estudantil. Isso foi observado nas últimas seleções para ingresso no Benefício Moradia, quando ocorreu um aumento expressivo de concessões de benefício aos alunos naturais de outros estados. Logo, o critério de

distância entre o local de moradia da família ao campus universitário torna-se um fator preponderante para aquisição do benefício moradia. Isto dificulta em muito as pretensões dos alunos moradores do Rio de Janeiro e cidades vizinhas à capital na aquisição do mesmo. Logo, ela vem se constituindo para atender alunos oriundos de várias cidades e estados do Brasil que não tenham condições socioeconômicas de manter seus estudos no Rio de Janeiro. Explicando melhor, hoje a UFRJ tem recebido vários perfis de estudantes: oriundo de reserva de vagas pela ação afirmativa ou não, os naturais de outros estados, os discentes trabalhadores, os residentes no Rio de Janeiro, dentre outros. Estes vários perfis têm exigido da universidade uma ampliação e criação de vários programas de permanência mais especificamente de moradia estudantil.

Na UFRJ, o que se chama de benefício moradia consiste: na disponibilidade de uma vaga (quarto) no módulo⁴⁶ da Residência Estudantil, que fica localizada dentro do Campus da universidade, na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, e o pagamento de uma bolsa manutenção no mesmo valor de uma bolsa de iniciação científica aos alunos contemplados, a título de custeio das suas necessidades, pois na residência estudantil não são servidas refeições, apenas o café da manhã e da tarde. E ela oferece um total de 504 quartos divididos para ambos os sexos.

Este quantitativo de vagas na Residência Estudantil torna-se insuficiente na atualidade, devido às novas modalidades de acesso, pois tem ocorrido um aumento da demanda por moradia estudantil na universidade nos últimos anos.

Nesta direção, a construção de novas residências estudantis (alojamentos) ou casas de estudantes, como são chamadas em algumas regiões do país, são estratégias importantes para evitar a evasão dos discentes com perfil de beneficiários do PNAES e também por oferecer uma maior qualidade no processo de formação universitária destes estudantes.

Em especial no município do Rio de Janeiro, a existência de Residências Estudantis nas IFES é de fundamental importância para vários discentes, principalmente aqueles oriundos de outros estados e municípios distantes da capital carioca; tendo em vista o alto custo com moradia alternativa (pensão,

⁴⁶ Entende-se por módulo uma área dentro da residência estudantil na qual há três quartos individuais e um banheiro para uso dos alunos moradores destes quartos.

república, dentre outros). Este aumento no custo com moradia, na atualidade, deve-se à proximidade dos megaeventos (Olimpíadas e Copa do Mundo) que a cidade do Rio de Janeiro sediará. Vê-se que o custo de vida na capital tem se tornado cada vez mais caro; o que dificulta sobremaneira a permanência de alunos pobres ou de classe média que vivem em localidades distantes nas instituições de ensino superior, que não ofereçam o Benefício Moradia.

Desta forma, pode-se afirmar a importância do benefício moradia no que se refere à permanência do estudante, tendo em vista os vários perfis existentes na universidade. Devido ao déficit de vagas de moradia estudantil, no contexto atual, com o crescimento das solicitações por vagas na Residência Estudantil, vários destes discentes não estão sendo atendidos pelo benefício moradia. A seleção socioeconômica que é realizada anualmente para a concessão do benefício moradia tem se tornado bem acirrada entre os estudantes e o quesito distância do local de moradia do aluno ao campus universitário tem ganhado destaque e importância no resultado da distribuição das vagas na Residência Estudantil. Faz-se urgente a construção de novas vagas para atender a estes estudantes.

4 A pesquisa de campo

4.1. As entrevistas semiestruturadas

No trabalho de campo para o levantamento dos dados empíricos desenvolvidos nessa dissertação, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada junto à clientela pesquisada. As entrevistas tiveram por objetivo investigar e tentar responder os objetivos descritos no projeto de pesquisa. Assim, elas visavam identificar as demandas dos alunos atendidos pelo benefício moradia da UFRJ e verificar as repercussões e impactos do mesmo na trajetória acadêmica dos alunos moradores da Residência Estudantil, analisando a importância do benefício moradia no desempenho acadêmico para os discentes.

Nas entrevistas, buscou-se captar dos discentes suas dificuldades e vivências antes e após o ingresso no benefício moradia, e analisar se o benefício está contribuindo para a alteração do quadro de desigualdade na permanência nos cursos de graduação. As entrevistas objetivam apreender o “ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa” (Minayo, 1992). Portanto, optou-se por entrevistas semiestruturadas, por estas oferecerem um maior direcionamento dos temas específicos de investigação dessa pesquisa.

As questões da entrevista têm como intenção desvendar a realidade acadêmica vivenciada pelos alunos beneficiários do auxílio moradia a partir do olhar dos próprios sujeitos (beneficiários) sobre sua realidade. Para tal, foi necessário captar os relatos e histórias de vida a partir da perspectiva do próprio sujeito. Entendemos que essa perspectiva contribui para a compreensão da realidade social dos alunos contemplados pelo benefício moradia.

A entrevista (ver anexo A) foi elaborada com questões fechadas e abertas, com objetivo de captar dos entrevistados as suas impressões, ideias e vivências em relação à questão desse estudo. Ela apresentou um total de treze perguntas,

sendo sete mais objetivas que tinham por finalidade traçar um perfil do público a que a pesquisa direcionava seus interesses, e seis questões nas quais os entrevistados poderiam discorrer com maior desenvoltura sobre os itens apresentados. Essas últimas foram gravadas, depois transcritas e sequencialmente organizadas as principais questões relatadas pelos alunos.

As perguntas abertas tinham por finalidade captar dos entrevistados suas vivências e experiências enquanto sujeitos a quem se destina parte das ações da assistência estudantil da UFRJ. Para tanto, elas foram sistematizadas em uma sequência lógica em que se esperava que os discentes discorressem sobre sua trajetória na educação básica, passando pelas dificuldades e vivências no ingresso na universidade federal nos períodos iniciais dos cursos de graduação, chegando até o momento em que obtiveram o benefício moradia da UFRJ. Elas tinham por objetivo investigar as situações sofridas pelos estudantes antes, durante e depois de serem contemplados com o benefício moradia.

A construção das perguntas do questionário seguiu uma reflexão anterior, quando da construção do projeto de pesquisa, e tinham por finalidade levantar os dados necessários para a confirmação ou refutação das hipóteses do projeto de pesquisa levantadas na reflexão teórica. A meta principal a alcançar com esse questionário era concretizar os objetivos da pesquisa e demonstrar a relevância do tema de estudo a partir dos informes e dados na fala (Neto, 1994) dos discentes entrevistados.

O objetivo principal da pesquisa é identificar as principais demandas dos discentes atendidos pelo Benefício Moradia da assistência estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, incluindo as suas dificuldades e vivências, porém antes disso se fazia necessário conhecer quem são esses alunos. As sete questões fechadas do questionário contribuiriam para esse intento. Assim, buscou-se conhecer a faixa etária, o local de moradia alternativa, com quem moravam antes de vir estudar na UFRJ, o ano de ingresso na universidade, a cidade e a naturalidade de origem dos discentes. De modo geral, verificou-se que os estudantes que buscam o benefício moradia são jovens adultos que se encontram no seu primeiro curso de graduação e, em muitos casos, são os primeiros membros de suas famílias a ingressar no ensino superior.

O levantamento da idade e sua relação com o ano de ingresso na educação superior dos entrevistados tinham por objetivo verificar uma possível entrada tardia na universidade e a relação com os percalços no acesso ao ensino superior, como também as suas expectativas em relação à vida acadêmica e futuro profissional.

O mapeamento dos locais de moradia alternativa⁴⁷ desses discentes foi importante para verificar quais estratégias estão adotando para residir próximo ao campus universitário, já que, em sua maioria, o Benefício Moradia vem atendendo alunos oriundos de outras cidades e estados fora do Rio de Janeiro.

Logo, saber de onde esses discentes partem em direção à UFRJ é uma consequência inevitável. Essa informação é importante para a compreensão de como está se dando a oferta de vagas na Residência Estudantil, considerando o aumento de solicitações de alunos oriundos de outros estados e municípios.

Nas perguntas abertas, buscou-se extrair dos discentes entrevistados a realidade acadêmica vivenciada desde a educação básica (Ensino Fundamental e Médio) até o ingresso na universidade, como beneficiários da assistência estudantil, e também relacionar a trajetória acadêmica na educação básica com os dilemas no ingresso e na permanência nos cursos de graduação da UFRJ. Desta forma, as perguntas abertas foram construídas para abordar de maneira mais geral o tema de estudo, permitindo maior liberdade nos relatos por parte dos entrevistados e, por conseguinte, aprofundar o tema específico em questão. Buscou-se nos relatos dos estudantes captar as questões que evidenciam a centralidade na aquisição do benefício moradia para a permanência dos discentes e qual a importância dele para o cotidiano acadêmico dos mesmos.

O público-alvo da pesquisa foram os alunos contemplados com o benefício moradia a partir do ano de 2012. Esse recorte deu-se devido ao momento histórico que a assistência estudantil vem atravessando com as obras para reformas na Residência Estudantil. Assim, desde esse ano os novos alunos contemplados com o benefício moradia passaram a receber uma bolsa de auxílio emergencial para custear uma moradia alternativa, pois não poderiam ocupar de imediato as vagas na Residência Estudantil. Acreditando que a importância da Residência Estudantil

⁴⁷ Quer dizer aquele local que não é a residência estudantil dentro do campus universitário.

se dá especialmente pelo fato de estar dentro do campus da Cidade Universitária, fato este que propicia a convivência com outros estudantes e a participação mais efetiva na vida acadêmica, o seu fechamento mesmo que temporário pode impactar de forma negativa a vida na universidade de muitos alunos.

Por isso, estudar a trajetória acadêmica dos alunos que tiveram que buscar moradias alternativas, desde a sua entrada na universidade, tornou-se relevante a fim de verificar se essa excepcionalidade vem interferindo, por exemplo, no desempenho acadêmico. E se a assistência estudantil, com essa medida emergencial, vem assegurando a permanência e a conclusão desses alunos.

A pesquisa contou com a colaboração de doze discentes. Foram realizados convites de participação para todos os contemplados com o benefício moradia do ano de 2012. A escolha desse total de entrevistas considerou o privilégio que se dariam as análises qualitativas, ou seja, a importância que se imputaria aos relatos das experiências dos discentes antes e durante a graduação. Afinal, somente o próprio sujeito é capaz de descrever com fidedignidade o seu momento de vida e a realidade social em que vive. A adesão à pesquisa se deu de forma espontânea. O universo da pesquisa, como já dito, foram os estudantes contemplados com o benefício moradia no ano de 2012, que na ocasião não seriam encaminhados diretamente para a residência estudantil devido à previsão de início das obras para a reforma do prédio. Nesse ano, a seleção socioeconômica para a concessão do benefício moradia contemplou um total de 98 (noventa e oito) discentes⁴⁸. Vários discentes se colocaram à disposição para participar, mas, como a pesquisa tinha um caráter qualitativo, optou-se por uma quantidade de somente doze entrevistas. Assim, o percentual de entrevistados correspondeu a 12,24% dos discentes, o que foi considerado significativo para os objetivos dessa pesquisa.

⁴⁸ Esse ano apresentou algumas desistências de estudantes, que já foram debitadas do total de contemplados pelo benefício moradia.

4.2. Um breve perfil dos entrevistados

Do total de discentes respondentes, registrou-se a presença de cinco do sexo feminino e sete do sexo masculino. Não se procurou na pesquisa apontar e ou considerar a divisão entre os sexos e nem experiências particulares relacionadas às feminilidades ou masculinidades. Essas questões não estiveram presentes nos relatos dos entrevistados. Porém é sabido que muitas dessas situações estão presentes no cotidiano dos moradores da Residência Estudantil.

Com relação à faixa etária, verificou-se a presença de jovens adultos com idades entre vinte e um a trinta e sete anos. Essa predominância deve-se, em parte, às exigências nos critérios de concessão do benefício moradia, que interdita a participação de discentes que já possuam um curso de graduação concluído. Logo, em sua maioria, os contemplados com o benefício moradia não apresentam idades muito avançadas e vivenciam a primeira experiência no ensino superior. Apesar de alguns alunos mencionarem ingressos em universidades públicas, em períodos anteriores a UFRJ, todavia, sem êxito, devido à ausência de ações de assistência estudantil, dentre outras questões, é o atual curso o primeiro de fato que todos mencionaram a vontade e o interesse de levar a cabo. Apenas dois discentes entrevistados possuíam idades igual ou superior a trinta anos, o que reforça a concepção de que o perfil majoritário de estudantes universitários no Brasil é jovem. Ambos relataram dificuldades para o ingresso no ensino superior devido à precariedade da educação básica e às suas dificuldades socioeconômicas, como um dos fatores de entrada, que se pode considerar tardia na universidade. É o que se observa no relato de um desses discentes ao afirmar que:

Foi muito difícil a educação básica no meu caso, porque eu tive que abandonar os estudos e voltei a estudar com 18 anos, na quinta série, e tive que fazer supletivo no EJA e foi bem difícil, mas graças a Deus consegui concluir. Depois tentei o ensino regular, o ensino médio, mas... não estava conseguindo acompanhar, aí eu passei para o EJA. Fiz ensino médio no EJA, no CIEP em Volta Redonda. O meu sonho era estudar na UFRJ, eu fui fazer a prova ... todo mundo falou que eu era doída, porque eu tive um ensino muito ... na escola pública... aí o ensino da escola pública... você já sabe: matemática então... português ... na época que eu fui fazer a prova caiu todas as questões não era ainda só o ENEM, aí eu fiz e não passei... Aí eu vim aqui para o Rio ...Vou ter que ir pro Rio! Vim com cem reais no bolso, sem

ter aonde morar e vim tentar o vestibular, não passei. Eu consegui um curso pré-vestibular de um ano, comunitário, de graça, bolsa de cem por cento e um emprego[...] fiquei um ano aqui fazendo vestibular. Fiquei desempregada, tive que voltar pra Volta Redonda. Ai recebi o resultado que tinha passado, tive que vir e não tinha onde ficar. Quando abriu a inscrição, eu não sabia que tinha que me escrever e perdi o benefício moradia, não sabia como funcionava, porque não tinha muita informação(...). (Discente 12)

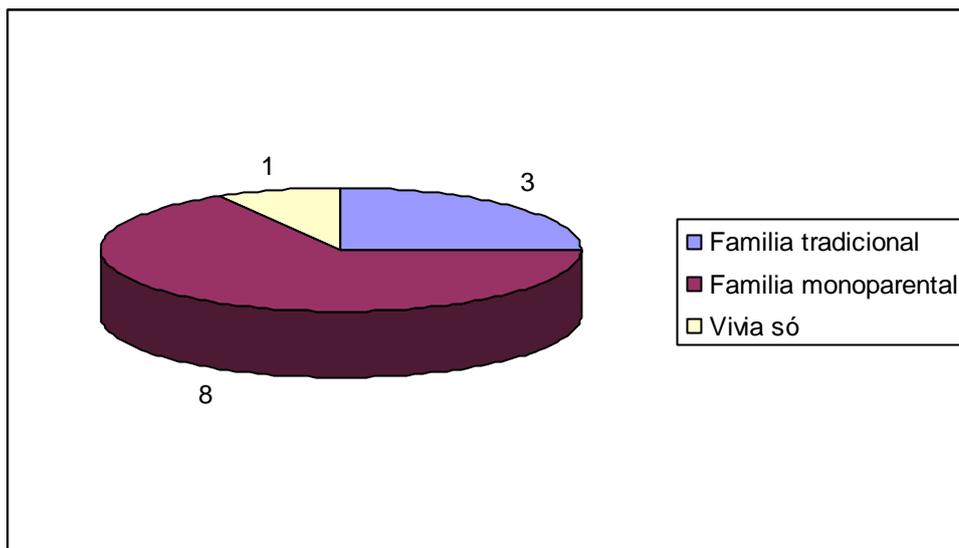
Os estudantes que viviam fora do Rio antes de se lançarem em suas jornadas em direção a capital carioca, em busca da concretização do sonho acalentado por muitos, de ingresso em uma instituição federal de ensino superior, relataram, em sua maioria, residir com suas respectivas famílias antes de ingressar na UFRJ. Somente um discente relatou que morava sozinho.

As famílias⁴⁹ dos discentes entrevistados apresentaram uma heterogeneidade em sua composição. Em algumas, se percebeu a presença da genitora e de irmãos mais novos e mais velhos, e, em outras, a figura paterna no comando da família sem a participação da mãe. Ainda apareceram novos arranjos familiares formados por madrinha e uma tia e, por fim, a família tida como tradicional⁵⁰, com pai, mãe e filhos em menor número. Porém o modelo de família monoparental é bastante acentuado na pesquisa. A presença de mulheres na chefia dessas famílias, tendo a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos, foi um traço observado. Na maioria dessas famílias, há ausência do pai ou da mãe, o que se configura como sendo uma família “monoparental” (Miotto, 1997). Como se observa no gráfico abaixo:

⁴⁹ Aqui não se compreende somente família como sendo apenas fruto das relações consanguíneas. Segundo Miotto (1997), as famílias brasileiras passaram por mudanças significativas a partir dos anos de 1990, quando novas configurações apareceram devido ao processo de modernização da sociedade brasileira. Dentre essas mudanças, destacam-se alguns itens relevantes ao estudo em tela, que seja o crescimento de pessoas que vivem sozinhas, das famílias monoparentais, de famílias recompostas, dentre outras.

⁵⁰ Nesse trabalho, família tradicional é aquela cuja composição dos seus indivíduos segue a função normatizadora imposta na sociedade.

Gráfico 5 – Composição familiar



Essas novas formações familiares seguem uma tendência da contemporaneidade de rearranjo familiar, provocado pelas modificações nos costumes e na cultura da sociedade, levando ao surgimento de novas composições, nas quais seus membros buscam amparo, proteção e os mesmos direitos da família dita tradicional contra as intempéries da vida em sociedade⁵¹. O único traço que as assemelha é a ausência de recursos financeiros para custear em sua integralidade as despesas dos discentes na UFRJ. São famílias com várias dificuldades socioeconômicas, o que as impede, em parte, de colaborar com as despesas dos discentes na graduação. O que, por sua vez, não diminui o estímulo e incentivo dado aos alunos para completarem seu curso superior. Daí a importância das ações de permanência na universidade, já que, ao não obter apoio financeiro de suas famílias, os estudantes recorrem aos benefícios da assistência estudantil.

O ano de ingresso dos discentes na universidade, deu-se para quase todos no ano de 2012, mesmo ano em que foram contemplados com o benefício moradia, o que não significou a ausência de várias dificuldades no início da graduação. Porém mesmo nesses casos a ausência de informações no momento do ingresso na

⁵¹ Segundo Alencar (2010), na atualidade, devido às precariedades do trabalho e à crise gerada na seguridade social com a reforma do Estado brasileiro, vem sendo imputado às famílias uma responsabilidade maior na dimensão material. Isso reflete as dificuldades socioeconômicas que essas famílias enfrentam para custear a educação dos filhos na educação básica e, principalmente, na educação de ensino superior.

universidade fez com que muitos demorassem a receber a referida bolsa, passando a obtê-la somente após serem informados. Nesse ano de 2012, ainda não havia seleção para os benefícios aos calouros ingressantes no segundo semestre letivo. Com a exceção da Bolsa Acesso Permanência, que os alunos oriundos de escolas públicas já iniciavam os cursos com o respectivo auxílio financeiro, o que significava para estes estudantes maior estabilidade na transição do ensino médio para a universidade, podendo dedicar-se integralmente aos seus cursos desde os primeiros períodos.

O curso dos discentes entrevistados não revela nada em especial em um primeiro momento⁵². Como mostrado na tabela abaixo, houve uma regular distribuição dos entrevistados entre duas principais áreas do conhecimento: as ciências humanas e as exatas e tecnológicas.

Tabela 5 – Curso dos discentes entrevistados

<i>Área</i>	<i>Total</i>
Ciências humanas	7
Ciências exatas e tecnológicas	5

Como dito anteriormente, a escolha dos mesmos foi aleatória, apenas respeitando o fato de serem contemplados com o benefício moradia a partir do ano de 2012. Outra questão nos chamou a atenção no relato de alguns dos entrevistados: ao afirmarem que optaram por estudar na UFRJ porque ela oferecia o curso pretendido e nas universidades de suas respectivas cidades e estados de origem não havia tal oferta, como se vê no relato: “O meu curso não tem em Alagoas [...] Eu entrei direto para a UFRJ, e eu não tentei em Alagoas, mas se eu tentasse não seria esse curso que faço, pois não tem lá” (Discente 1).

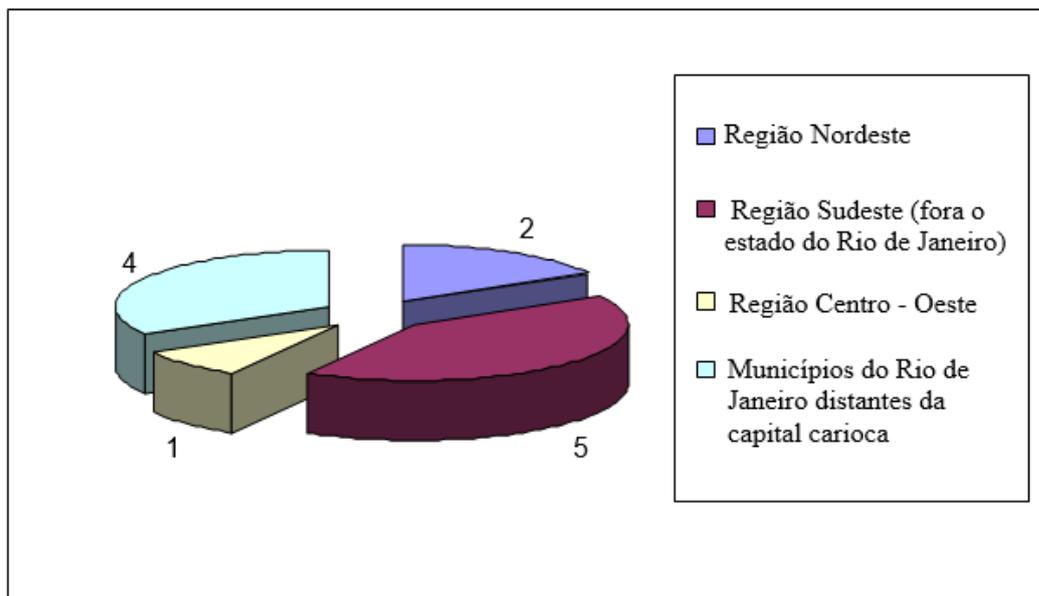
Buscar informações de quais cidades e estados são originários esses discentes, contribuiu para o entendimento do atual quadro de expansão do ensino superior e das dificuldades de acesso às instituições federais de ensino. E ainda

⁵² A pesquisa não tem por objetivo verificar as causas que levaram a escolha de determinado curso de graduação mais privilegiado ou não e posterior prestígio no mercado de trabalho.

apontou para a concentração das universidades públicas nos grandes centros, especificamente na região sudeste.

Segundo Filho (2001), as desigualdades de renda existentes no Brasil devem-se à péssima distribuição da educação no país, já que identifica, por exemplo, que “há uma grande concentração de pessoas com pouca qualificação entre os negros, morando em áreas não metropolitanas da região nordeste e trabalhando na agricultura” (idem, p. 2). Isso aponta para a necessidade de interiorização⁵³ das IFES em outras regiões e estados do Brasil, para além da região sudeste, conforme será explicitado a seguir. Desta forma, percebe-se que há uma grande concentração de instituições de ensino superior na região sudeste e nas principais regiões metropolitanas. Os entrevistados são naturais de vários estados do Brasil e de municípios distantes da capital carioca. Dentre eles, há representantes das regiões nordeste, centro oeste, sudeste (Minas Gerais e São Paulo); além daqueles outros de cidades do estado do Rio de Janeiro, distantes da capital.

Gráfico 6 – Origem dos Entrevistados



⁵³ Porém aqui é preciso realizar algumas mediações. Dizer que há necessidade de expandir o sistema de ensino superior para todos os estados e regiões do Brasil não significa dizer que o Rio de Janeiro ou as principais capitais do Brasil, principalmente da região sudeste, onde há maior concentração populacional, estejam inflados de universidades. Como a população do Rio de Janeiro é maior que a de outros estados, justifica-se a existência de muitas universidades e a criação de novas em regiões periféricas ou em municípios da zona rural do estado, para a inclusão de todos os estudantes que não obtêm aprovação no vestibular das instituições de ensino superior mais tradicionais do sistema.

A migração desses estudantes ocorreu, em grande parte, pela inexistência do curso pretendido em suas cidades de origem. Ocasionalmente pela pouca oferta de vagas nas universidades federais e pela abertura de novas instituições federais, seguindo um modelo de privilegiamento das principais atividades econômicas locais, ou seja, a oferta de cursos nessas instituições segue os interesses do perfil econômico da região e tem por objetivo a formação de mão de obra especializada para uma determinada área que seja vantajosa para a economia do município ou estado. O aluno que tenha aspirações acadêmicas e profissionais diversas daquelas oferecidas na universidade de sua cidade se vê na iminência de buscar o curso pretendido em outras instituições. A variedade de cursos de graduação oferecidos pela UFRJ a torna alvo destes estudantes, além do ensino considerado de excelência no país.

Vê-se uma diferença na oferta de cursos de graduação entre as IFES. Esta desigualdade tem provocado a migração dos estudantes entre as diferentes regiões do Brasil.

Logo, subsequentemente, foi perguntado o local de moradia alternativa na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que a partir do ano de 2012 os novos ingressantes no benefício moradia não residiriam de imediato na Residência Estudantil devido às obras e passam a residir em repúblicas, pensões, casas de amigos, dentre outros, principalmente na chegada à UFRJ. Portanto, conhecer as estratégias adotadas para se conseguir uma moradia alternativa é importante na medida em que se verificam os impactos da ausência da moradia estudantil na trajetória acadêmica dos estudantes no início da graduação.

Todos os alunos relataram muitas dificuldades em conseguir uma moradia na Cidade do Rio de Janeiro. Muitos não possuíam familiares e ou amigos no Rio que pudessem contar para apoiá-los na mudança, e os que apresentavam algum tipo de relacionamento pessoal, não possuíam mais laços de afeto e os mesmos não tinham condições de lhes abrigar.

Os bairros do entorno da Cidade Universitária, como a Ilha do Governador, Ramos, Penha e a Vila Residencial, foram os mais procurados pelos discentes devido à proximidade com o campus universitário. Também se registrou moradias alternativas na zona sul, norte da cidade e na baixada fluminense. O alto custo

com os aluguéis das repúblicas e quartos cobrados foi uma queixa recorrente de todos os entrevistados. A bolsa emergencial, cujo valor é de R\$ 1200 reais⁵⁴, contribui, porém não resolve a questão de moradia devido ao aumento do custo de vida nos últimos anos no Rio de Janeiro.

Dentre os entrevistados, dois informaram que já estavam morando na Residência Estudantil⁵⁵, e o restante ainda permanecia em moradias alternativas. Para estes dois discentes, o estado de infraestrutura do prédio, o acesso à internet, dentre outras questões, foram citadas como entraves a uma melhor estadia na Residência Estudantil. Logo, residir dentro do campus universitário próximo das suas unidades acadêmicas sem ter a necessidade de realizar grandes deslocamentos e enfrentar muito trânsito com muitos engarrafamentos foi apontado como um fator positivo que influenciou bastante na melhoria do desempenho acadêmico. Além de não estarem mais sob a pressão de ter que pagar por um aluguel caro numa moradia alternativa. Foram citadas como vantagens de se morar na Residência Estudantil as seguintes facilidades: “morar perto da faculdade, não ter que pagar, posso levar um amigo para estudar comigo, levar quantos livros eu quiser, encher meu quarto, se eu quiser”(Discente 3).

Já em relação à trajetória escolar destes estudantes no ensino fundamental e médio, tentou-se captar nas entrevistas as dificuldades encontradas para o ingresso na UFRJ. O ensino fundamental e médio para todos os entrevistados foi obtido na escola pública. Apenas um entrevistado relatou ter estudado em escola particular no ensino fundamental, com bolsa de estudos, e outro teve uma breve passagem por escola particular tendo retornado em seguida e completado o ensino fundamental em escola pública. Já para ingressar no ensino médio alguns tiveram que mudar de escola. As escolas técnicas federais e estaduais foram uma alternativa, muito possivelmente pela possibilidade de profissionalização e

⁵⁴ Em relação ao valor pago pelo benefício moradia emergencial da UFRJ, é necessário reconhecer o investimento e esforço que a universidade vem realizando para manter seus estudantes beneficiários da assistência estudantil; comparando este benefício com o salário mínimo nacional, que hoje é de R\$ 724 reais, vê-se que a universidade vem tentando manter estes estudantes focados apenas no ensino superior quando disponibiliza um valor de benefício bem superior ao salário mínimo pago aos trabalhadores.

⁵⁵ A estadia desses dois discentes na Residência Estudantil durante o período de obras deve-se a critérios estabelecidos pela administração da moradia estudantil, que considerou as dificuldades que muitos alunos encontraram nas moradias alternativas, e, assim, conforme a disponibilidade apresentada na oferta dos quartos durante a execução das reformas, os alunos foram consultados sobre o interesse em ocupá-los.

posterior entrada no mercado de trabalho. Outros, por sua vez, buscaram os cursos supletivos para terminarem seus estudos.

A escola pública foi uma realidade muito difícil para os alunos entrevistados. Ela infelizmente não contribuiu de forma eficaz para a aprovação no vestibular. Alguns discentes, por exemplo, relataram que foi graças ao esforço próprio em buscar o conteúdo que estavam em defasagem, estudando sozinhos, sendo autodidatas, que conseguiram a vaga na universidade. Como o exemplo do discente que se segue:

Eu sempre estudei em escola pública, mas sempre fui uma aluna muito esforçada, assim... e sempre fui muito caseira, sempre gostei muito de livros e isso de certa forma me diferenciava dos outros alunos, e também me ajudou a fechar as lacunas do ensino super deficiente que tive, principalmente, que no ensino médio que eu quase não tive aula, mas essa coisa de ler de ir atrás de livro tal [...] isso me fez dar um passo a frente, me levou a chegar na universidade [...]eu digo que foi um esforço pessoal meu, de ir atrás, pra passar mesmo, sinceramente, no ensino médio eu não tenho nada que agradecer à escola pública, eu praticamente estudei só. (Discente 11)

Com objetivo de completar os estudos, alguns estudantes ao término do ensino fundamental e médio e, posteriormente, no momento da aprovação no vestibular, iniciaram a primeira experiência migratória a fim de terminar seus estudos. Logo, a mudança de cidade quando da conclusão do ensino fundamental para cursar o ensino médio, acompanhar a mudança da família que passa a residir em outro estado e a vinda antecipada para o Rio de Janeiro com objetivo de realizar cursos pré-vestibulares são alguns exemplos da luta travada na busca por um ensino de qualidade e no acesso à universidade Federal.

Devido às deficiências e ausências de conteúdo no ensino fundamental e médio, alguns alunos tiveram que suprir essas lacunas nos cursos preparatórios para o vestibular. Assim, buscar os cursinhos ditos comunitários ou sociais e pleitear uma bolsa de estudos nos cursos pré-vestibulares fez parte da estratégia para o ingresso na universidade. Como relatou um entrevistado, o cursinho foi fundamental para aprovação no vestibular:

(...) eu não tinha um total embasamento devido à dificuldade da educação brasileira, acabei tendo que fazer cursinho. [...] no cursinho eu não tinha o dinheiro pra pagar [...], pois eu vim de uma família simples com seis irmãos, maior loucura! Daí eu fui lá no cursinho, ‘cara de pau’ pedir uma bolsa para eles, daí eu troquei, eu trabalhava para eles no sábado e domingo na administração do cursinho e conseguia essa bolsa pra mim estudar. Fiz todo o cursinho, tentei os vestibulares com resultados melhores, porque o cursinho ‘puxa’ bastante, você aprende coisas que nunca tinha aprendido na escola pública[...] (Discente 6).

Tendo como horizonte um vestibular muito concorrido à frente, não é de espantar que se tenha havido inúmeros insucessos. O panorama das vagas no ensino superior das instituições federais é bem diminuto, o que torna a demanda sempre superior à oferta. Desta forma, muitos candidatos adotam determinadas estratégias para garantir o acesso ao ensino superior, que nem sempre estão de acordo com seus sonhos e vocação profissional, como iniciar um curso de graduação na segunda ou terceira opção de curso escolhido no vestibular. Dois alunos entrevistados passaram por essa situação. Estes estudaram por certo período em universidades públicas nas suas cidades e, após a divulgação do resultado do vestibular, escolheram a UFRJ, como descrito a seguir:

E porque eu entrei no curso de saúde pública na ‘reopção’ [o estudante quis dizer a universidade que cursava antes de vir para a UFRJ] de curso, porque eu não consegui o curso de psicologia lá [...] e com o resultado do ENEM, do ano anterior eu consegui ingressar, aqui, em psicologia que era o que eu queria, aí eu decidi vir (...). (Discente 7)

4.3. O olhar dos estudantes sobre o PNAES

Os programas de assistência estudantil universitários, como dito anteriormente, se fundamentam pela ação direta junto a estudantes que necessitam de algum tipo de apoio financeiro, pedagógico, entre outros mais. Tendo em vista a importância dos programas de permanência dos discentes na universidade, é que uma das questões centrais que se apresentou na presente pesquisa foi a de identificar o reconhecimento/identificação ou não destes programas pelos próprios

estudantes. Desta forma, foi perguntado se durante o período de vestibular os alunos buscaram informações a respeito da assistência estudantil, e se conheciam o PNAES. Essa pergunta aberta⁵⁶ tinha por objetivo verificar a percepção dos estudantes em relação aos recursos disponíveis na universidade para a garantia de sua permanência na graduação. Apenas dois discentes responderam afirmativamente. A grande maioria buscou saber somente sobre as bolsas de auxílio disponibilizadas pela UFRJ e não pelo programa propriamente dito, o que mostra o desconhecimento do PNAES. O relato de um dos discentes descreve bem esse quadro: “eu me informei a respeito das bolsas, mas eu não sabia o que era o PNAES” (Discente 11). Outro vai mais além ao afirmar: “na verdade eu não procurei conhecer nenhum programa. Não conheço o PNAES, é a primeira vez que ouço agora esse nome (...) (Discente 2)”.

Percebe-se que há um desconhecimento, de modo geral, por parte dos entrevistados sobre o que na atualidade é o PNAES, que vem assegurando o financiamento para o pagamento das bolsas. Para estes estudantes, esse foco na obtenção das bolsas de auxílio financeiro, em uma busca desenfreada por algum tipo de apoio material é decisivo na sua permanência na universidade, por não possuir recursos. Por outro lado, desconhecer as prerrogativas que garantem os recursos e que obriga as Instituições Federais de Ensino superior à construção de ações que efetivem o direito de permanência e conclusão dos estudantes de graduação pode ocasionar um alto custo político ao movimento estudantil. Na medida em que diminuirá a participação dos estudantes na condução dessa política. Os espaços de controle social⁵⁷, dessa forma, ficam comprometidos para reivindicação de suas demandas. Portanto, a real democratização e publicização das ações da assistência estudantil passam necessariamente pela criação de mecanismos institucionais que garantam a participação dos discentes na condução

⁵⁶ Os termos utilizados nas entrevistas, tais como o PNAES e assistência estudantil foram escolhidos por serem utilizados entre as IFES. Porém, no cotidiano universitário, a pesquisa mostrou que o termo bolsa auxílio é o mais conhecido entre os estudantes. Esse é o item mais significativo para o estudante no sentido de sua permanência na universidade. Para eles, essa questão é a mais imediata a se obter das políticas de permanência.

⁵⁷ A categoria controle social foi instituída no âmbito das políticas públicas a partir do advento da Constituição Federal de 1988 em que a mesma introduziu avanços e novos dispositivos foram criados como, por exemplo, as conferências e conselhos de direitos na perspectiva de garantir o direito à participação da sociedade civil nas decisões das políticas públicas. Segundo Bravo (2001) essa “participação é concebida como a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada.”

do PNAES na universidade. Busca-se uma nova relação com o público-alvo dessa política, eles deixam de ser meros objetos para serem sujeitos detentores de direitos, pois eles sabem melhor do que ninguém as falhas nos serviços. Nisso reside a sua maior contribuição na elaboração e condução dessa política, já que:

Uma universidade que considera o saber pelo prisma do direito do cidadão, faz o que pode para refrear a despersonalização e valoriza a democratização, reflete uma sociedade em que os valores democráticos da cidadania são imperativo ético e político da vida universitária. (Bernheim, 2008, p. 18)

A maioria relatou que foi informada por várias fontes distintas a respeito das bolsas da assistência estudantil após entrar na universidade, como dito por um dos alunos:

A Assistência estudantil eu desconhecia. Quem me informou foi uma aluna que era professora do pré-vestibular. Eu estava falando das dificuldades, pensando em desistir. Aí ela falou: não se preocupa que lá na UFRJ, eles dão bastante assistência, tem bolsa, bolsa auxílio, essas coisas, tem permanência [bolsa], eu acho que pelo teu perfil você consegue esses benefícios. E esse outro Plano [quis dizer o PNAES], eu não conheço. (Discente 10).

Essas falas mostram que os estudantes identificam principalmente o termo de bolsa auxílio e que a assistência estudantil e o PNAES não são nomenclaturas ou terminologias de fácil identificação.

Já os alunos que buscaram informações prévias, buscaram somente em relação à existência ou não de bolsas de auxílio financeiro e do alojamento. A maioria relatou desconhecer na íntegra as outras ações e propostas do PNAES. Buscavam encontrar meios de como se manter estudando na universidade e estavam muito motivados a estudar na UFRJ devido ao reconhecimento e à excelência, pois “na verdade quando eu vim pra universidade eu não sabia nem que existia o benefício moradia, vim a descobrir depois, vim pra universidade por conta do curso” (Discente 8), como afirmou um dos entrevistados. Eles buscavam uma forma de materializar objetivamente seus planos acadêmicos na universidade e a assistência estudantil foi a ferramenta encontrada para tal. Como relatou outro discente, “eu já tinha a visão de estudar na UFRJ, com certeza o fato de oferecer o

benefício moradia dando tanto uma bolsa quanto a moradia em si basicamente é o meu único sustento, influenciou bastante na minha decisão” (Discente 3).

Muitos dos entrevistados, mesmo aqueles que não conheciam o PNAES, afirmaram que a assistência estudantil vem contribuindo para a permanência na universidade e de certa forma influenciou na escolha pela UFRJ, como se vê no relato da discente 4: “sem dúvida, como eu falei, foi fundamental na minha decisão em vir pra cá, o alojamento e a assistência estudantil sem isso não teria como me manter aqui de forma nenhuma [...]”. A grande preocupação é encontrar meios de subsistência no Rio de Janeiro para custear as despesas com a graduação, já que suas famílias apresentam dificuldades socioeconômicas, o que inviabiliza em parte o apoio, principalmente, com moradia.

Os possíveis ganhos auferidos com a assistência estudantil, em especial com o benefício moradia, não apresentou uma centralidade na decisão dos alunos em estudar na UFRJ, mesmo pertencendo a famílias com poucos recursos financeiros. Até porque, como dito antes, alguns entrevistados não conheciam o PNAES e nem as ações da assistência estudantil, vindo a descobrir as mesmas já nos períodos iniciais na graduação. A assistência estudantil, nesse sentido, teve um caráter coadjuvante na escolha por estudar na UFRJ. Como exemplo, observa-se o relato do discente abaixo:

“Como eu falei, eu não conhecia. O meu alvo era realmente a UFRJ, mas pelo peso do curso. Tanto é que eu estava na UERJ. A UERJ também oferece bolsa, não sei se oferece bolsa alojamento, mas tinha uma bolsa permanência parecida com aqui, mas eu preferi [...] mudei da UERJ para a UFRJ por causa do peso do curso de Letras, [...] me disseram: o curso de Letras da UFRJ é um dos melhores do país, então, se você for fazer fica na UFRJ, mas também ajudou um pouco essa questão do benefício, mas eu fui descobrir bem depois”. (Discente 10)

Então, verificar se o desempenho acadêmico dos discentes entrevistados sofreu uma melhora e se sua permanência na universidade esteve mais assegurada após a inserção no benefício moradia foi item importante. Todos os discentes relataram melhoria nas suas condições de permanência na UFRJ no que se refere às condições socioeconômicas, de moradia, na compra de materiais didáticos, dentre outros, a partir da inclusão no benefício moradia. Pois com os ganhos obtidos puderam arcar com as suas despesas na universidade, o que também

evidencia que o benefício moradia é utilizado para os gastos cotidianos do estudante, como: xerox, livros, etc. A possibilidade de dedicação exclusiva à graduação foi um fator muito comemorado após a inclusão no benefício moradia, como se segue, já que:

“melhorou bastante sim, porque antes como eu trabalhava em Niterói tinha que sair muito cedo da faculdade e como meu curso era integral não conseguia fazer todas as matérias do meu período, então, mesmo tendo ficado dois anos na química eu não completei quatro períodos, [...] então o benefício moradia, o emergencial, ele sim ajudou, porque comecei a ficar mais tempo na faculdade depois que eu vim morar aqui dentro, no caso na Vila, o acesso ficou muito mais tranquilo, principalmente por causa do bandejão, nos finais de semana que no caso reduz um custo e o próprio transporte para praia vermelha que existe o ônibus interno, então, foi sim de grande ajuda”. (Discente 9)

Logo, conciliar a faculdade com o trabalho estava dificultando e impactando no desempenho acadêmico. A partir da aquisição do benefício, alguns deixaram seus empregos, já outros não tiveram a necessidade de entrar no mercado de trabalho para custear suas despesas com a faculdade no Rio de Janeiro. A possibilidade de dedicação exclusiva à faculdade após o ganho do benefício moradia melhorou “muito! Foi bastante, porque eu consegui me dedicar mais à faculdade. Não é mais tão angustiante estar aqui [...] (Discente 7)”. A incerteza no ganho de rendimentos e na ajuda precária fornecida por seus familiares eram fontes de muita ansiedade que atrapalhava a vida acadêmica. Após a entrada no benefício, a atenção pôde ficar mais focada somente na graduação, pois:

“(...) eu vivia mudando de casa em casa, de bico em bico, porque não conseguia trabalho fixo, então, agora pelo menos eu tenho um canto, fico mais sossegada e não fico mais tão desesperada. A partir do semestre passado meu CR deu uma aumentadinha por conta disso, me ajudou muito na questão financeira. Você sossega mais a sua cabeça, não fica mais desesperada procurando”. (Discente 12)

Conforme explica o relato acima, essa tem sido uma das grandes contribuições do benefício moradia para a vida acadêmica dos discentes, pois os mesmos têm:

“[...] mais tempo de ‘puxar’ mais disciplina, de estar na iniciação científica, de estar mais envolvida com a faculdade, sem a preocupação de não ter como comprar livro ou às vezes jaleco, os materiais que precisam pra se estudar na universidade.” (Discente 8)

4.4. A importância do Benefício Moradia Emergencial para os estudantes

A possibilidade que o benefício moradia emergencial tem dado aos discentes de sair de moradias alternativas precárias e sem uma infraestrutura adequada tem sido motivo de grande contentamento. Mesmo não ocupando ainda a Residência Estudantil, o valor recebido do benefício emergencial tem garantido o aluguel e demais despesas acadêmicas, de acordo com um dos depoimentos: “Foi bem tranquilo, pude ficar [tranquilo] quanto a pagamento de aluguel, alimentação, produtos de higiene, comprar essas coisas. Pra mim foi tranquilidade, foi ótimo pra mim essa bolsa! (Discente 2)”. Tendo em vista que “o aluguel no Rio é muito caro, mas mesmo assim pra mim melhorou. Assim se não foi cem por cento, melhorou noventa e nove por cento em relação como eu estava antigamente, melhorou bastante” (Discente 10).

A possibilidade de pagar os aluguéis das repúblicas, quitinetes, dentre outros, tem sido a principal facilidade que o benefício emergencial tem oferecido aos discentes. Isso dentro de um contexto em que o custo de vida do Rio de Janeiro está elevadíssimo e está “tão caro morar no Rio de Janeiro, na verdade! E não imaginei que fosse tão caro! Sim, conseguir o benefício foi a estabilidade que eu precisava (Discente 11)”, segundo desabafo de uma entrevistada.

Já na visão de outro discente, que se encontra morando na Residência Estudantil, o benefício moradia significou um ganho, porque o lugar onde ele morava era:

“[...] super desconfortável, realmente, não era um ambiente para estudo. Aqui apesar de não ser o melhor dos ambientes, já te oferece um lugar que é seu, o quarto durante a graduação é como se fosse seu, eu posso deixar o quarto do meu jeito, botar as mesas, os livros que eu quiser”. (Discente 3)

A questão da autonomia e liberdade neste caso foi essencial apesar das dificuldades relativas ao estado de conservação do prédio da residência estudantil. Pois, além de sair de repúblicas lotadas e com pouco espaço para estudos, os moradores da residência estudantil ganharam:

“cinco horas por dia! (risos) Por que morar no alojamento eu não enfrentava trânsito e não tinha todo estresse eu podia usar esse tempo para estudar. Além de que eu tinha também a alimentação e poder comer aqui, inclusive nos finais de semana foi menos estresses, mais tempo, acho que é mais importante”. (Discente 1)

Sem dúvida, a maior dificuldade dos discentes contemplados com o benefício moradia a partir do ano de 2012 foi não ter o acesso de imediato aos quartos da Residência Estudantil, devido ao início de todo o processo de obras. Mesmo com o pagamento do benefício emergencial, que tem contribuído em parte dentro dessa conjuntura, ainda não é o ideal e nem o que os estudantes desejam em termos de benefício moradia. O desejo da maioria é realmente que a Residência Estudantil esteja apta a receber todos os estudantes em condições adequadas de moradia.

4.5.

A questão das moradias alternativas e a Vila Residencial na Cidade Universitária da UFRJ

Na atualidade, o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro vem passando por grandes transformações a fim de se adequar e preparar para sediar os eventos esportivos. Vários dilemas em torno de desocupações e reordenamento urbano têm provocado muitos debates na sociedade. Essas transformações têm mudado a paisagem do Rio de Janeiro em muitos bairros. Na Cidade Universitária, no

Fundão, localidade do principal campus da UFRJ, vê-se a construção de parte da Transcarioca, que pretende interligar o aeroporto internacional à Barra da Tijuca. Além disso, vários outros prédios estão em fase de construção na Cidade Universitária, dentre eles, outras moradias estudantis para atender à demanda crescente.

Esses novos equipamentos, que estão sendo construídos, principalmente aqueles relacionados à assistência estudantil, como restaurantes universitários e novas residências estudantis para o corpo discente, devem-se às determinações do REUNI para a expansão do ensino superior. Porém a demanda por tais serviços é bem maior do que a oferta. No caso da Residência Estudantil, o número de vagas tem se tornado insuficiente devido ao aumento de alunos que ingressam na universidade e não possuem condições socioeconômicas de manter seus estudos. Estes alunos têm ingressado nas IFES por intermédio das ações afirmativas direcionadas aos alunos pobres e que cursaram o ensino médio em instituições públicas. Dentre eles, há muitos alunos que vêm de fora do estado do Rio de Janeiro.

A insuficiência de vagas na Residência Estudantil para atender a uma demanda cada vez maior de discentes ingressantes por ações afirmativas e o fato do início das obras para sua reforma têm provocado um aumento na procura por moradias alternativas próximas ao campus universitário. Fato descrito por um dos estudantes: “quando eu vim pra cá, eu morava numa casa com dezesseis pessoas, eram quatro pessoas por quarto, era muito abafado, aí depois eu comecei a receber o benefício e consegui me mudar para um apartamento na Ilha do Governador” (Discente 4). Este novo contexto com a reforma da residência estudantil tem provocado uma estadia precária no Rio de Janeiro para os estudantes sem residência fixa na cidade. Porém o ganho do benefício emergencial tem melhorado as condições de moradia temporária dos discentes.

Anualmente são disponibilizadas vagas para a moradia temporária na Residência Estudantil, porém o quantitativo oferecido nunca chega à capacidade total de quinhentos e quatro quartos. Isso porque os alunos residentes têm trajetórias acadêmicas diferenciadas e previsões de formatura que, em muitos casos, extrapolam o prazo máximo de integralização curricular. Somando-se isso, as dificuldades próprias que cada um enfrenta no início do curso de graduação

devido às deficiências na educação básica e a ausência de outras ações de assistência estudantil que possam dar suporte acadêmico, se observa a retenção de vagas na residência estudantil. Dentro deste contexto, os calouros se vêm obrigados a buscar outras estratégias de moradia no Rio de Janeiro.

Vê-se que a formação da Vila Residencial dentro do campus da Cidade Universitária está relacionada com a necessidade da comunidade acadêmica, em geral, de permanecer próximo ao local de estudo e trabalho, devido às longas distâncias no trajeto do local de moradia à universidade. As dificuldades de transportes e acesso pelas principais vias ao Fundão têm sido um grande limitador.

O aumento do custo de vida no Rio de Janeiro devido à proximidade dos grandes eventos que a cidade sediará tem sido outro limitador à permanência destes alunos, o que torna defasado o auxílio financeiro emergencial recebido a título de custeio como moradia. Observa-se o aumento dos aluguéis e do valor das repúblicas na Vila Residencial, localidade que tem sido rota para os alunos que buscam uma residência temporária próxima ao campus. Segundo um dos entrevistados na pesquisa, na Vila Residencial vem ocorrendo uma superlotação de alunos da UFRJ em muitas repúblicas, além das péssimas condições de moradia que dificulta bastante o estudo por não oferecer um espaço apropriado, conforme as afirmações que se seguem:

“na Vila residencial, por exemplo, onde você tem a entrada de muitas pessoas e os donos acabam colocando mais pessoas nas casas ou aumentando os preços dos aluguéis, para preços absurdos. Conheço pessoas que pagam R\$ 500 reais por um quarto dentro do fundão”. (Discente 9)

“[...] eu estava ficando numa casa, numa república que não era o que eu esperava. Eu estava estudando muito pouco, porque era muito quente, abafado, muito mosquito. Nessa época, eu cheguei a pegar dengue e voltei pra casa. Foi bem complicado [...]”. (Discente 4)

Essa especulação imobiliária deve-se em grande parte pela valorização do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Uma nova lógica de ordenamento da cidade vem sendo operada para adequá-la aos padrões desejados e exigidos pelas agências internacionais promotoras dos eventos esportivos, que têm exigido uma

verdadeira modernização da cidade à moda Pereira Passos. Assim, várias desocupações e desapropriações estão sendo comandadas pelo Estado com objetivo de adequar e modificar o espaço urbano. Quase não há participação social e controle social da população diretamente envolvida nestes processos. Devido ao aumento dos imóveis, o valor das indenizações não consegue cobrir a aquisição de um novo. Segundo Lefebvre (1991), o Estado vai ser reprodutor das desigualdades espaciais, para ele, o espaço é desigual no acesso, por isso, vemos a pobreza sendo deslocada para outras regiões do município ou para as cidades vizinhas.

No Rio de Janeiro, no final da década de 30 e sendo consolidada na década de 1940, motivada pela necessidade de modernização da cidade, uma reforma urbana foi elaborada, mudando a geografia de bairros, ruas e avenidas. A própria constituição da Cidade Universitária foi palco de intensas disputas; a princípio pensou-se em construí-la na Quinta da Boa Vista e depois em Vila Valqueire, porém as dificuldades que o Estado encontrou para efetivar as desapropriações e os custos com a criação das vias de acesso inviabilizou essas possibilidades. A escolha definitiva do Fundão ocorreu com a Lei nº. 447 de outubro de 1948, motivadas pela extensão de sua área. A construção do atual prédio da Residência Estudantil da UFRJ data deste período.

A Ilha do Fundão tem sofrido os impactos atuais das transformações que se operam na cidade.

Essas, dentre outras medidas, têm sido intensificadas a partir da aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão em 2007 e do Plano Diretor em 2009. A construção do Plano Diretor fundamenta-se em três ideias básicas: o princípio da dupla integração; o princípio da administração integrada e o princípio do planejamento de longo prazo. Tem-se como perspectiva integrar a Cidade Universitária ao restante da cidade

Com o novo Plano Diretor, há perspectiva de criação dos “Centros de Convergência”, que reunirão várias atividades em pontos concentrados da Cidade Universitária. Esses centros funcionarão como bairros internos à Cidade Universitária. Eles vão oferecer um conjunto de serviços e comércio, bem como espaços para a reunião de professores, alunos e técnicos administrativos. O plano

prevê que estes bairros estejam articulados com os objetivos da universidade, que são o ensino, pesquisa e extensão. Vê-se nessa alternativa de reformulação do espaço da Cidade Universitária uma clara perspectiva de incentivar o consumo do espaço, ou seja, favorecer a circulação de capital descaracterizando as práticas do meio acadêmico.

Uma hipótese aqui levantada é a relação entre a política de educação, mais especificamente as políticas de acesso e expansão do ensino superior, e a intensificação do uso do território da Cidade Universitária e seu entorno, em especial a Vila Residencial, para moradia alternativa dos estudantes que não conseguem obter o benefício moradia, como descrito nos relatos abaixo:

“aqui na Vila o pessoal está tudo cobrando 500 a 600 reais num quarto, se eu tivesse ajuda da minha mãe e do meu pai, mas graças a deus eu nem lembro que foi em maio que começou sair a bolsa, não foi em junho, nem lembro...”. (Discente 2)

“a especulação financeira está muito grande na Vila Residencial, que foi o bairro que eu fiquei e se eu fosse para fora daqui ia ficar super longe: levaria horas pra chegar na faculdade [...]”. (Discente 3)

Percebe-se nos relatos acima que o aumento do número de vagas nas universidades federais e, principalmente, com a mobilidade que as novas formas de acesso trazem para os estudantes, a demanda por moradia estudantil aumentou consideravelmente.

Segundo o Plano diretor, até o ano de 2020 há uma perspectiva de expansão das residências universitárias no campus da UFRJ. Atualmente, os estudantes contam apenas com uma residência estudantil, com capacidade para atender a 504 alunos da graduação. Até 2020, espera-se aumentar esse número para 9000 alunos residentes. Porém terão que ser realizados estudos para verificar se essa expansão será suficiente para atender a demanda crescente de alunos ingressantes pelas ações afirmativas.

Esse plano diretor prevê a paulatina mudança das unidades da Praia Vermelha para o Fundão. A mudança iniciou-se desde a década de 1970, quando a Reitoria mudou-se para a Cidade Universitária. Assim, haverá um aumento na circulação de estudantes, funcionários e docentes na Cidade Universitária. A

questão que se coloca na atualidade para a UFRJ é saber se as medidas de expansão da estrutura física e de recursos humanos da universidade serão capazes de dar conta da demanda crescente por ações de permanência, em especial por vagas na residência estudantil. É importante também saber se essas transformações no espaço urbano da Ilha do Fundão terão a participação da comunidade acadêmica e de que forma se dará.

Desde o seu início⁵⁸ de funcionamento, a UFRJ apresentou-se com uma perspectiva elitista e excludente, distante dos problemas da sociedade brasileira. A participação popular nas decisões sobre o uso deste território em sua gênese não teve muita relevância. Somente com o passar dos anos e com os usos deste território pela comunidade acadêmica que o mesmo passou a ser palco de disputas nas estratégias de sobrevivência de alunos, funcionários e de interesse do grande capital. Nesse sentido, a Vila Residencial tornou-se local de moradia durante anos para a comunidade acadêmica da UFRJ. Lá habitam funcionários e suas famílias há décadas e, recentemente, grande parcela do corpo discente.

A busca por um programa de permanência eficaz que assegure os direitos dos estudantes de graduação na UFRJ, principalmente ações de moradia universitária dentro do campus da Cidade Universitária, poderá reverter esse quadro. Desta forma, pode-se evitar que os discentes de graduação se submetam às condições degradantes e humilhantes, a fim de conseguir uma moradia temporária, e que ofereçam as melhores condições para que os estudantes consigam estudar.

⁵⁸ A UFRJ é a primeira universidade federal brasileira fundada em 7 de setembro de 1920. Ela surgiu a partir de um decreto presidencial que juntou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. A partir da década de 1930 com a criação do Ministério da Educação, ficou estabelecida a organização da universidade que perdurou até a década de 1960. Foi em 5 de julho de 1937 que a Universidade do Brasil foi oficialmente criada pela Lei nº. 452, sendo o modelo de educação superior para todo o país. Em 1945, a Universidade do Brasil adquire autonomia administrativa, financeira e disciplinar. Foi somente em 1965 que a universidade passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguindo as determinações impostas pelo autoritarismo do regime militar.

5 Considerações finais

Essa dissertação teve como objetivo realizar um levantamento das principais demandas dos estudantes contemplados com o benefício moradia, tendo como recorte o ano de 2012 quando iniciaram as obras para a reforma no prédio da Residência Estudantil da UFRJ. Na pesquisa de campo, foram entrevistados doze discentes. As análises destas entrevistas evidenciaram a centralidade do Benefício Moradia para a vida acadêmica destes estudantes. Mesmo não estando morando, em sua maioria, na Residência Universitária devido às obras, grande parte citou a importância deste benefício para a sua permanência nos cursos de graduação. A opção da universidade em disponibilizar um benefício moradia emergencial em um valor bem acima do que normalmente é pago foi elogiada, porém os estudantes não deixaram de mencionar as dificuldades encontradas nas moradias alternativas nos bairros do entorno da Cidade Universitária, principalmente a Vila Residencial e os que ficam próximo ao campus da Praia Vermelha na zona sul do Rio de Janeiro.

Essas dificuldades foram desde as condições físicas em que se encontravam tais moradias alternativas até às relações comunitárias presentes em muitas delas. Em sua maioria, os estudantes relataram superlotação nas moradias alternativas e condições inadequadas que impediam a concentração nos estudos acadêmicos. Durante as entrevistas, muitos se apresentavam ansiosos com o término das obras na Residência Estudantil para que pudessem ocupar logo o seu quarto na moradia universitária. Isso porque a questão da privacidade que o quarto da residência estudantil oferece e a possibilidade de morar dentro do campus universitário, economizando passagem e tempo no deslocamento até a universidade, favorece os estudos e demais atividades da vida acadêmica.

A pesquisa mostrou que a residência estudantil vem recebendo estudantes migrantes de outras regiões e estados do Brasil, além de diversas cidades distantes do Rio de Janeiro. Assim, a celeridade na reforma da Residência Estudantil foi citada inúmeras vezes. Esse fator foi percebido como importante para a

permanência destes estudantes na graduação, pois eles vêm de famílias com poucos recursos financeiros para mantê-los no ensino superior. O alto custo de vida no Rio de Janeiro também foi mencionado como um empecilho.

Essa mobilidade estudantil se intensificou a partir do REUNI, que promoveu um novo período de expansão e diversificação do sistema de ensino superior público no país, na medida em que o crescimento das IFES não se deu na perspectiva majoritária de criação de novas universidades, mas privilegiou a formação de centros universitários e faculdades isoladas. Essas IFES foram formuladas com objetivo de atender aos interesses econômicos locais, segundo o perfil socioeconômico de cada região onde são instaladas. Logo, não são todos os cursos que estarão disponíveis aos estudantes concluintes do ensino médio. Somando isso ao predomínio histórico da iniciativa privada no ensino superior, que no Brasil detém a maioria absoluta de instituições, torna a migração dos discentes quase inevitáveis.

Esse fenômeno tem raiz na pouca democratização da educação superior no país. Desde a sua origem, no Brasil, o ensino superior foi dirigido à elite. As primeiras universidades foram criadas a partir da década de 1930 para atender os interesses da classe dominante. Foi a partir desse momento que a educação superior foi praticamente entregue a iniciativa privada, que no decorrer dos anos teve crescimento considerável até a década de 1990.

Nos anos 2000, essa tendência de privilégio da educação superior tomou um novo rumo a partir do REUNI, que trouxe propostas de expansão do sistema público e reestruturação das universidades federais. Houve a construção de novas IFES em vários estados do Brasil. Porém a iniciativa privada continuou com sua forte influência na política de educação superior, já que mesmo com o aumento sentido no número de instituições e de matrículas no setor público a maioria das vagas continuou a ser criada no setor privado, a partir da construção do PROUNI e do FIES.

Para a real democratização da educação superior no Brasil, adotou-se nesse trabalho a perspectiva de fortalecimento do setor público como um direito social garantido e estabelecido na Constituição Federal de 1988. Desta forma, ele não pode ser considerado uma mercadoria e nem ser comprado. As análises realizadas

consideraram apenas as experiências do setor público, em especial, o exemplo da UFRJ.

Juntamente com as medidas de expansão e diversificação do ensino superior público foram elaboradas as ações afirmativas e o PNAES, o que tem provocado a inclusão de estudantes da classe popular nas universidades públicas federais. Esta nova política tem muitas vezes provocado polêmicas e acirrados debates, tendo em vista o seu caráter desestabilizador do processo histórico de elitização dos cursos de graduação das IFES.

Este trabalho buscou analisar a relação entre os novos mecanismos de acesso criados no ensino superior, como as ações afirmativas e as de permanência. Partiu-se da hipótese de que há uma relação de complementaridade nestas políticas públicas. Verificou-se que existe uma relação estreita entre ambas. Na medida em que são implementadas ações afirmativas, aumentam as requisições pela assistência estudantil.

As ações afirmativas foram pensadas para tentar resolver a histórica exclusão social que vários segmentos da sociedade vêm sofrendo para obter o acesso às universidades públicas federais. O elitismo histórico das universidades federais foi apontado como obstáculo ao acesso de estudantes de origem popular. Assim, medidas de inclusão de alunos pobres, afrodescendentes, indígenas, entre outros, foram construídas. Tem-se a perspectiva que a entrada desses estudantes no ensino superior contribuirá para a diminuição da desigualdade social no Brasil e, especialmente, no campo do acesso à educação superior.

A partir dos anos dois mil, intensificaram-se as demandas no âmbito das universidades por assistência estudantil, com o maior ingresso dos alunos com dificuldades socioeconômicas. Aumentou a visibilidade desse segmento na universidade e com isso também as suas dificuldades. Deste modo, as ações e benefícios da assistência estudantil têm ganhado centralidade nos debates acadêmicos. O movimento estudantil vem lutando para a ampliação dos benefícios e serviços do PNAES na UFRJ. A questão que se coloca é a necessidade de sua universalização na universidade.

No desenvolvimento da dissertação, foi apresentada a configuração da assistência estudantil na UFRJ. Os benefícios oferecidos estão organizados para

atender aos estudantes mais pobres. Há predominância no trabalho de avaliações socioeconômicas para a definição dos discentes que serão contemplados anualmente com a bolsa auxílio, a bolsa acesso permanência e o benefício moradia. Mesmo antes do advento do PNAES, a universidade já oferecia auxílios financeiros e vagas na Residência Estudantil. Porém atualmente essas avaliações seguem a direção posta pelo PNAES, que definiu que deveriam ser atendidos com prioridade os estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Contudo, com o aumento da demanda de estudantes com dificuldades socioeconômicas na universidade, as pressões institucionais para a ampliação da quantidade dos auxílios financeiros têm crescido. Nesse sentido, a reflexão apontou para a importância da construção coletiva de uma política institucional que abarcasse as novas requisições postas pelo PNAES, as instituições de ensino superior, tais como: apoio pedagógico, esporte, cultura, lazer, atenção à saúde, dentre outras. Dessa maneira, seria possível pensar em alternativas à focalização nas ações e romper com o processo de bolsificação da assistência estudantil.

Por fim, evidencia-se a necessidade de refletir sobre ações de permanência na universidade, como um todo integrando os setores e atores envolvidos. O conceito de permanência deve permear todas as ações acadêmicas e não somente a prestação de auxílios financeiros na forma de bolsas auxílios, pois as dificuldades relatadas pelos entrevistados foram muito além de apenas ausência de renda para o custeio com os cursos de graduação.

6

Referências bibliográficas

ALENCAR, M. M. T. de. Família, Trabalho e Reprodução Social: Limites na Realidade Brasileira. In: **Família e Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

ALMEIDA, N. L. T. de; RODRIGUES, M. C. P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ALVES, J. de M. A Assistência Estudantil no Âmbito da Política de educação superior Pública. **Serviço Social em Revista**. v. 5. n. 1. Jul/Dez. 2002.

ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. 2011.

ARAÚJO, F. S. de; BEZERRA, J. C. B. **Tendências da Política de Assistência ao Estudante no Contexto da Reforma Universitária Brasileira**. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. UFMA. 2007.

ARROYO, M. G. **O direito do Trabalhador à educação**. In: Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador [et al]. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARBOSA, M. L. de O.; SANTOS, C. T. **A Permeabilidade Social das Carreiras do Ensino Superior**. Cadernos CRH, Salvador, v.24, n.63, p. 535-554, Set/Dez. 2011.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. de S. **Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferencia mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, p. 44, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei nº. 9395**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6096**, de 24 de Abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007a.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Diretrizes Gerais, 2007b.

_____. Decreto- lei nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2**, de 26 de Janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vaga sem cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes.

_____. **Portaria Normativa nº. 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

_____. **Processo Seletivo do Sistema de Seleção Unificada – SISU – edição 1ª/2012**. Edital nº.14, de 21 de dezembro de 2011. MEC: Diário Oficial da União. ed. 247 de 26 de novembro de 2011.

_____. **Portaria nº. 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Ministério da Educação, 2013.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012.

_____. **Decreto nº. 7824**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, 2012.

_____. **Lei nº. 447**, de 20 de outubro de 1948. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para ocorrer as despesas com a construção da Cidade Universitária, 1948.

_____. **Lei nº. 452**, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil, 1937.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

BRAVO, M. I.; PEREIRA, P. A. P. (Org.) **Política Social e Democracia**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

BUCCI, M. P. D.; MELLO, P. B. de. **Democratização e Acesso à educação superior** – Parte 1. Opinião n. 7. Rio de Janeiro: GEA/FLASCO, mar. 2013.

CARRARA, S. et al (Org.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, CLAM/IMS/UERJ, 2010.

CASTRO, A. T. B. de. Estudantes de Cotas: um Convite à reflexão. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 5, nov. 2006.

COSTA, S. G. **A permanência da Educação Superior no Brasil: uma Análise das políticas de Assistência Estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis – Brasil, 25 a 27 de novembro de 2009.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. **Equidade e Iniquidade no Ensino Superior**: uma Reflexão. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

FERES JR., João; TOSTE, V.; MORATELLI, G.; BARBABELA, E. **“Igualdade e inclusão na universidade**: Um guia rápido para ingressar, permanecer e concluir o ensino superior”. Cartilhas GEMAA (IESP-Uerj), 2014, 32 p.

FILHO, N. A. M. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho**. Artigo preparado para o Instituto Futuro Brasil. Departamento de Economia. Universidade de São Paulo. Março, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educar o Trabalhador Cidadão Produtivo ou o ser Humano Emancipado?** Trabalho, Educação e Saúde, 1 (1):45-60, 2003.

_____. Os Circuitos da História e o Balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v.16. n. 46. jan. /abr. 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho, conhecimento, consciência e educação do trabalhador. In: **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador** [et al]. – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

GENTILI, P. **Pós – Neoliberalismo, Reforma Universitária e Excelência Acadêmica**. Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina VIII. Reinventar a Universidade Pública 90 anos após a Reforma de Córdoba, S/D.

HASS, C. M.; LINHARES, M. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?** R. brás. Est. pedag., Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set/dez. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Educação e Deslocamento, Resultados da amostra. Rio de Janeiro, p. 1-205. 2010.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. SP: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, C. P. N. A Arte da Participação e a Participação Pela Arte: Uma Experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**. v. 5.n.1. Jul/Dez. 2002.

LIMA, K. R. de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Katálysis**. Políticas Sociais e questões contemporâneas. v. 14, n. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, jan./jun. 2011.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. e Soc.** Campinas, v. 30, n. 106, p.15-35, jan./abr.2009.

_____. Uma Reforma Necessária. **Educ. Soc.** Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 1001-1020, out. 2006.

MEC. **Censo da Educação Superior: 2011 – Resumo Técnico**. – Brasília: INEP, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. SP: Hucitec/RJ: Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIOTO, R. C. T. **Família e Serviço Social**, In: Serviço Social e sociedade, nº55, São Paulo: Cortez, 1997.

NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 22 p.

PAIVA, Â. M. de R. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. **O Serviço Social em questão**. Ano XIII, n.23, Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 2010.

PAURA, S. G. O Serviço Social na Educação Superior. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

PEREIRA, P. A. P. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos**. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Thesaurus, 1996.

RIO DE JANEIRO. **Bilhete Único Universitário**. Decreto nº. 38.280 de 29 de janeiro de 2014.

RISTOFF, D. **Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização**. Cadernos do GEA. – n.3 (jan./julh. 2013). – Rio de Janeiro: FLASCO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

RUIZ, J. L. de S. Relato de Experiência: Considerações Introdutórias ao Debate sobre ações afirmativas e Serviço Social. **O Social em Questão**. Ano XIII, no. 23. Rio de Janeiro: PUC – Rio. Departamento de Serviço Social, 2010.

SALVADOR, A. C. Políticas de Reconhecimento X Políticas de Redistribuição – Um dilema Contemporâneo. **O Social em Questão**. Ano XIII, no. 23, Rio de Janeiro: PUC – Rio. Departamento de Serviço Social, 2010.

SOARES, L. T. O Papel da Rede Federal na Expansão e na Reestruturação da Educação Superior Pública no Brasil. In: RISTOFF, D. **Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização**. Cadernos do GEA. – n.3 (jan./julh. 2013). – Rio de Janeiro: FLASCO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

SOTERO, E. Correia. **Políticas afirmativas de incentivo á permanência na universidade**: conexões entre Brasil e Estados Unidos. S/D.

UFRJ. Conselho Universitário. **Resolução nº. 16 de 2010**. Estabelece novos critérios para o ingresso na UFRJ em 2011. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº. 15 de 2011**. Altera o Estatuto e o Regimento do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em partes que dispõem sobre a Reitoria. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Conselho Universitário. **Altera a Resolução nº 18/2012 em atendimento ao Decreto nº 7824 de 11/10/2012, e à Portaria normativa 18 – MEC, DE 11/10/2012**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Plano Diretor UFRJ 2020**. Aprovado pelo Conselho Universitário em 05 de novembro de 2009. – Cidade Universitária, Rio de Janeiro, abril, 2011.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 08 de 2012**. Estabelece critérios para o ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Edital nº. 67 de 25 de maio de 2011**. Concurso de acesso aos cursos de graduação, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Auxílio ao Estudante – 01/14**. Edital de seleção para a bolsa auxílio, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Auxílio ao Estudante – 02/14**. Edital de seleção para o Benefício Moradia, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG 03/ 1997**. Dispõe sobre a orientação acadêmica a alunos de graduação. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Edital nº. 66 de 01 de setembro de 2010**. Acesso aos Cursos de graduação. Rio de Janeiro, 2011.

UFRJ. **Edital nº. 334 de 09 de outubro de 2013.** Acesso aos Cursos de graduação. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Edital nº. 223 de 25 de outubro de 2012.** Acesso aos Cursos de graduação 2013. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Edital Complementar nº. 117 de 20 de dezembro de 2010.** Acesso aos Cursos de graduação 2011. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Edital nº 225 de 25 de outubro de 2012.** Acesso aos Cursos de Graduação com vagas a serem ocupadas pelo Sistema de Seleção Unificada do MEC - SiSU/MEC. Normas Complementares ao Edital 223 de 25 de outubro de 2012. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Edital nº. 106 de 04 de outubro de 2011.** Acesso aos Cursos de graduação 2012. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Edital nº. 54 de 27 de agosto de 2009.** Acesso aos Cursos de graduação 2010.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG Nº 01/2003.** Dispõe sobre a Concessão de Bolsa Auxílio. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG nº. 7/1992.** Dispõe sobre normas de concessão e renovação do benefício do Alojamento Universitário da UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG nº. 03/2004.** Dispõe sobre normas de concessão e renovação do benefício do Alojamento Universitário da UFRJ 2004. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG nº. 04/2003.** Dispõe sobre a concessão de bolsa apoio ao Estudante, 2003.

_____. Conselho de Ensino de Graduação. **Resolução CEG nº 01/2004.** Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 10º e Disposições transitórias da Resolução CEG nº. 04/2003 (bolsa apoio ao estudante). Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, A. L. da C.; VIEIRA, J. J. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. **O Serviço Social em questão.** Ano XIII, n. 23, Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 2010.

YASBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. – 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

7 Anexos

7.1. Anexo A – Roteiro da entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA

DISCENTE / Data:

PERFIL

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado e cidade de origem:
4. Antes de vir para a UFRJ, onde você vivia e com quem?
5. Curso:
6. Ano de ingresso:
7. Local de moradia alternativa:

Perguntas Semiestruturadas Gravadas

8. Como foi a sua trajetória na educação básica e quais questões enfrentou no acesso à universidade federal?
9. Durante o vestibular, você buscou informações a respeito das ações da assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior? Você conhece o programa nacional de assistência estudantil – PNAES?
10. A decisão por estudar na UFRJ sofreu alguma influência pela mesma oferecer o benefício moradia?
11. A inserção no benefício moradia contribuiu para a melhoria da sua vida acadêmica? Se sim, de que forma?
12. Quais foram as suas maiores dificuldades antes de ingressar no benefício moradia?

13. Quais foram as suas maiores dificuldades e facilidades depois de ingressar no benefício moradia?
14. Qual a sua opinião sobre o benefício moradia?

7.2.**Anexo B – Termo de consentimento livre e esclarecido**

Este documento apresenta as orientações principais sobre a participação na pesquisa “*A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino – IFES: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ*”, que será realizada com estudantes dos cursos de graduação da referida universidade.

O objetivo principal desta pesquisa é estudar as principais demandas dos alunos moradores da residência estudantil no que se refere ao direito à permanência e conclusão no ensino superior e verificar as repercussões e impactos do benefício moradia na trajetória acadêmica dos alunos moradores da Residência Estudantil, analisando a importância do benefício moradia no desempenho acadêmico dos discentes na UFRJ.

Uma das etapas da pesquisa consiste na realização de entrevistas semiestruturadas de abordagem individual. Para viabilizar a pesquisa você é convidado a participar destas entrevistas.

As informações sobre os participantes desta pesquisa são confidenciais e sigilosas. Os resultados serão apresentados de forma a não permitir, sob nenhuma hipótese, revelar suas identidades. Você é convidado a participar e pode se recusar ou mesmo interromper sua participação a qualquer momento. Os resultados do estudo podem ser publicados, mas sua identidade não será revelada em hipótese alguma.

Já informado (a) sobre os detalhes deste estudo, declaro que estou ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, as quais li e entendi com clareza. Declaro neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a minha concordância em participar desta pesquisa. Estou ciente de que posso interromper minha participação a qualquer momento e da existência de uma cópia deste termo que permanecerá arquivada pelos pesquisadores.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Nome Completo:

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

Leandro Duarte de Oliveira

Estudante do curso de Mestrado em Serviço Social pela PUC - Rio.

7.3.**Anexo C – Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010****Presidência da República
Casa Civil**

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de

estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010